

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC SP**

Maria Emilia Martins Pinto Schuck

O Anticlericalismo Brasileiro: *A Lanterna* Revisitada (1901-1935)

Mestrado em Ciência da Religião

**São Paulo
2018**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC SP

Maria Emilia Martins Pinto Schuck

O Anticlericalismo Brasileiro: *A Lanterna* Revisitada (1901-1935)

Mestrado em Ciência da Religião

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob orientação do Prof. Dr. José J. Queiroz.

São Paulo

2018

Maria Emilia Martins Pinto Schuck

O Anticlericalismo Brasileiro: A *Lanterna* Revisitada (1901-1935)

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob orientação do Prof. Dr. José J. Queiroz.

Aprovada em: _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), processo: 88887.149594/2017-00 (de 01/2017 a 06/2018), com apoio da Fundação São Paulo (FUNDASP) no Programa de Estudo Pós-Graduação em Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A Joaquim Pinto (in memória), meu avô.
E a Hermenegildo Henriques Pinto, meu pai.
Responsáveis pela inspiração do tema deste Mestrado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES e a FUNDASP pelo fomento e apoio, sem os quais este Mestrado não seria realizado. À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e ao Programa de Estudos em Pós-Graduação em Ciência da Religião.

Aos Professores Doutores: Ênio Brito Pinto e Maria Jose Fontelas Rosado Nunes, por nossas conversas inacabadas sobre o tema em questão desta Dissertação. A todos os professores do Programa da Ciência da Religião pelas aulas que foram de grande valia. Aos Professores Eulálio Avelino Pereira Figueira e Fernando Torres Londoño membros da banca de qualificação, que realizaram importantes intervenções. Por conseguinte, a Wilma Steagall De Tommaso e Helena Haenni Zimmerman, Doutoradas em Ciência da Religião, que aceitaram o convite para participar da banca como examinadora e suplente respectivamente.

À Andreia Bisuli de Souza, por estar sempre à disposição para auxiliar-me nos mais diversos assuntos acadêmicos.

Um agradecimento muito especial ao ilustre Orientador Professor Emérito Doutor José J. Queiroz pelo apoio e sabedoria com que tratou o meu trabalho e me guiou durante toda a pesquisa científica.

Ao Marido e Doutor Neivor Schuck, minha gratidão pela paciência com que soube tratar as minhas crises de ansiedade e inseguranças na produção desta Dissertação, pelas palavras de incentivo, bem como pelas leituras atenciosas, em que mais de uma ocasião foi escalado para averiguar se o texto não estava enfadonho.

Ao arquivo Edgar Leuenroth (Campinas-SP); ao Centro de Documentação da Unesp (São Paulo-SP) ao Arquivo do Estado de São Paulo (São Paulo-SP).

Ao Professor Catedrático da Universidade de Aveiro (Portugal) Luís Machado Abreu, que me fez refletir com mais profundidade sobre o universo anticlerical.

E agradeço a todos os colegas de jornada do Mestrado da PUC-SP.

RESUMO

O objetivo desta Dissertação é analisar o anticlericalismo brasileiro no jornal *A Lanterna* (1901-1935). Entendemos que este jornal foi o principal representante do movimento anticlerical e teve larga divulgação por todo o Brasil no século XX. Isto somente ocorreu devido principalmente às ligas anticlericais, redutos de maçons, espíritas kardecistas e anarquistas. O anticlericalismo brasileiro apresentou características específicas diferenciado, por exemplo, do anticlericalismo francês. Partimos da hipótese de que o anticlericalismo Brasileiro no *jornal A Lanterna*, foi muito mais de cunho religioso do que político, pois através da análise do discurso contido no jornal conseguimos identificar elementos de ataque aos clérigos de ordem moral e dogmática. Além disso, o espaço social foi campo de disputa por outras religiões no contexto de transição da monarquia para a República Brasileira. O processo de laicização que se iniciou na Constituição de 1891 e impulsionou o movimento anticlerical Brasileiro. Podemos observar que até meados da década de 30 o embate religioso era intenso, caracterizado por diversas formas de contestação da influência da Igreja Católica no espaço público brasileiro.

Palavras-Chave: A Lanterna, Anticlericalismo, Maçonaria, Espiritismo, Religião.

ABSTRACT

The objective of this Dissertation is to analyze Brazilian anticlericalism in the newspaper *A Lanterna* (1901-1935). We understand that this newspaper was the main representative of the anti-clerical movement and it was widely publicized throughout Brazil in the 20th century. This only occurred mainly due to anticlerical leagues, Masonic strongholds, Kardecist spiritists and anarchists. Brazilian anticlericalism presented specific characteristics differentiated, for example, from French anticlericalism. We started with the hypothesis that Brazilian anticlericalism in the newspaper *A Lanterna* was much more religious than political, because through the analysis of the discourse contained in the newspaper we were able to identify elements of attack on clerics of a moral and dogmatic order. In addition, the social space was a field of contention for other religions in the context of the transition from monarchy to the Brazilian Republic. The process of laicization that began in the Constitution of 1891 and boosted the anticlerical Brazilian movement. We can observe that until the mid-1930s the religious clash was intense, characterized by various forms of contestation of the influence of the Catholic Church in the Brazilian public space.

Keywords: A Lanterna, Anticlericalism, Masonry, Spiritism, Religion.

ABREVIATURAS

AEL –	Arquivo Edgar Leuenroth
AESP –	Arquivo Público do Estado de São Paulo
AIB –	Ação Integralista Brasileira
CEDEM –	Centro de Documentação e Memória
DEOSP/SP –	Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo
GOB –	Grande Oriente do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1- LIÇÕES ANTICLERICAIS.....	15
1.1 O Anticlericalismo – Conceito e Origem	15
1.2 Categorias de Anticlericalismo	17
1.3 O Anticlericalismo Brasileiro do final do século XIX e começo do século XX	20
2 - A LANTERNA	32
2.1 <i>A Lanterna</i> e o Jornalismo Anticlerical.....	32
2.2 <i>A Lanterna</i> e a Maçonaria.....	38
2.3 <i>A Lanterna</i> e os Anarquistas.....	44
2.4 As Charges Anticlericais e <i>A Lanterna</i>	51
2.5 <i>A Lanterna</i> e as Ligas Anticlericais.....	59
3 - ANTICLERICALISMO POLÍTICO E ANTICLERICALISMO RELIGIOSO..	63
3.1 O Anticlericalismo Político n' <i>A Lanterna</i>	63
3.2 O Iluminismo n' <i>A Lanterna</i>	68
3.3 A Moral Anticlerical n' <i>A Lanterna</i>	72
3.4 O Anticlericalismo Religioso n' <i>A Lanterna</i>	77
CONCLUSÃO.....	89
BIBLIOGRAFIA.....	94

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2005, quando eu ainda era aluna da graduação em História, tive a oportunidade de entrar em contato pela primeira vez com o Centro de Documentação da Unesp em São Paulo. “Descobri” os jornais anarquistas do começo do século XX e o jornal anticlerical *A Lanterna*.

Nunca tinha ouvido falar em anticlericalismo, mas o tema me parecia familiar, certamente porque tinha passado uma vida inteira convivendo com familiares que adoravam criticar a Igreja Católica. Foi quando percebi que tinha nascido em uma família anticlerical. Este encontro entre o objeto de estudo e os burburinhos da minha família tornaram-me pesquisadora sobre o tema.

Passada a fase da “descoberta” veio a fase da Historiadora pesquisadora entrar em ação. Pesquisar sobre o tema anticlericalismo tornou-se fascinante e foi no Departamento de Ciência da Religião da PUC de São Paulo que tive a oportunidade de dedicar-me à pesquisa e aprofundamento do tema. A partir de 2016, ano em que comecei o Mestrado, a fonte primária, *A Lanterna*, causa de toda minha inquietação, tornou-se disponível e digitalizada no arquivo Edgar Leuenroth da Unicamp-SP e as análises dos artigos do jornal cruzando com as fontes secundárias gerou esta Dissertação.

Um dos obstáculos que encontrei em minha pesquisa sobre o anticlericalismo no Brasil foi a pouca produção Acadêmica. Ela inexistente no Departamento de Ciência da Religião.

Sobre o tema encontrei em minha pesquisa as seguintes produções: *Ideias em confronto* de Carlos Alberto Balhana (Curitiba: GRAFIPAR, 1981); *A guerra aos párocos: Episódios anticlericais na Bahia* de Thales Azevedo (Salvador: EGBA, 1991); *Corvos nos galhos das acácias: o movimento anticlerical em Curitiba (1896-1912)* de Tatiana Dantas Marchete (Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1996); *Anarquismo e anticlericalismo* de Eduardo Valladares (São Paulo: Imaginário, 2000); *As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX* de Áurea da Paz Pinheiro (Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001); *Os “Quebra Santos”: anticlericalismo e repressão pelo DEOPS/SP* de Eduardo Góis de Castro (São Paulo: Humanitas, 2007); *Laicidade e Anticlericalismo:*

argumentos e percursos de Ricardo Luiz de Souza (Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012); *Letras e política no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha* de Maria Tarcisa Silva (Curitiba, UFPR, 2013); *Devotos e devassos: padres e beatas na literatura anticlerical* de Cristian Santos (São Paulo: Edusp, 2014); *O Anticlericalismo sob o Manto da República: Tensões Sociais e Cultura Libertária no Brasil (1901-1935)* de Antonio Cleber Rudy (Campinas: Unicamp, tese de Doutorado, 2017) e *Narrativas a luz d'A Lanterna* de Walter da Silva Oliveira (São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado, 2008).

Algumas destas obras relacionadas acima utilizam como fonte primária o jornal *A Lanterna*, mas o foco destas pesquisas foi explicar a relação entre anticlericalismo com o anarquismo. Outros focam na literatura anticlerical e o trabalho do Ricardo Luiz de Souza dedica-se explicar os conceitos de anticlericalismo e laicidade.

A nossa pesquisa debruça-se sobre a fonte primária: o jornal anticlerical *A Lanterna*, publicado entre os anos 1901 a 1935 (com algumas interrupções). Pretendo explicar as diferentes categorias de anticlericalismo presentes neste jornal a partir da análise do discurso, do contexto histórico e seus diversos atores sociais.

O texto basilar sobre categorias de anticlericalismo é: *Ensaíos Anticlericais* de Luís Machado de Abreu (Aveiro: Roma Editora, 2004).

Portanto, a contribuição desta Dissertação para o meio Acadêmico e para o Programa da Ciência da Religião é ampliar a noção e o conhecimento sobre o anticlericalismo Brasileiro da virada do século XIX para o século XX no jornal *A Lanterna* e suas categorias.

Isto posto, em nosso primeiro capítulo, analisamos e explicamos o que é o anticlericalismo e suas diferentes categorias. Além disso, também contextualizamos a virada do século XIX para o século XX.

Apesar de o jornal *A Lanterna* ser escrito de 1901 a 1935, seus escritores eram homens nascidos no século XIX e influenciados pelos diversos acontecimentos sociais, culturais e políticos daquele período.

Na literatura acadêmica, principalmente no meio historiográfico, o começo do século XX é marcado por uma nova leva de imigrantes. Mas foram os brasileiros que estiveram à frente do processo político na transição do Brasil Monárquico para o Brasil Republicano. Eles influenciaram direta ou indiretamente a mentalidade anticlerical que se estabeleceu até meados da década de 30 do século XX.

As fontes Históricas e conceituais para elaboração do primeiro capítulo são que serviram de base para este capítulo foram: Fernando Catroga, *Entre Deuses e Césares. Secularização, laicidade e religião: uma perspectiva histórica*, Coimbra: Almedina, 2006 e Davi Gueiros, *O Protestantismo, A Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

Os homens que escrevem para o jornal e a mentalidade brasileira anticlerical do começo do século XX, não eram somente de anarquistas e imigrantes (justificativa comumente usada em relação ao jornal *A Lanterna*, já que o mesmo foi editado por anarquistas), mas era principalmente o anticlericalismo de um Brasil que saiu da Monarquia para a República com diversas tensões internas e entre estas tensões está a religião.

A partir da Constituição de 1891 que determinou a lei de separação entre Igreja Católica e o Estado os participantes de outras religiões, entre eles maçons, espíritas kardecistas e protestantes, criaram uma rede de difusão e aglutinação em torno dos embates com a Igreja, tornando o jornal *A Lanterna* o mais expressivo porta voz dos não católicos.

No segundo capítulo, procuramos analisar e apresentar o jornal *A Lanterna* ao leitor desta Dissertação de forma sistemática. Explicamos quem fundou o jornal seus editores, seus participantes: maçons, anarquistas, jornalistas, literatos, espíritas protestantes, o cunho ideológico-religioso e político, analisamos também as ligas anticlericais que ganham expressividade por todo o Brasil através d'*A Lanterna*.

Outro elemento que analisamos neste capítulo e que provoca o leitor d'*A Lanterna* são as charges com suas alegorias, metáforas, signos e símbolos contidos nestas gravuras anticlericais que conferem um ataque ora moral, ora político à Igreja Católica. Para esta análise partimos de conceitos abordados por Lucia Santaella em seu livro: *A teoria Geral dos Signos* (São Paulo: Cengage, 2008).

No terceiro capítulo, retomamos o fio condutor desta Dissertação que é a questão das categorias de anticlericalismo e qual delas encontram sua maior expressividade no jornal *A Lanterna*.

Retomamos neste capítulo os atores sociais d'*A Lanterna*, mas com o objetivo de demonstrar que estes atores sociais antes de suas opções políticas eram "*homo religiosus*" e, portanto, ao apontarem os "defeitos" e vicissitudes dos clérigos o fariam por possuírem um olhar de perspectiva religiosa e, portanto, o jornal *A Lanterna* carrega, em sua grande expressividade um anticlericalismo de cunho religioso.

Para facilitar a leitura das citações do jornal d'A Lanterna (1901-1935) feitas nesta Dissertação, optamos por usar a ortografia atualizada de acordo com as normas ortográficas de 2016.

1. LIÇÕES ANTICLERICAIS

1.1- O Anticlericalismo – Conceito e Origem

Antes de começarmos a discutir o anticlericalismo brasileiro, se faz necessário, explicar o que é e como surgiu o anticlericalismo. O que parece óbvio não o é, pois o que simplesmente parece uma oposição de termos, ou seja, anti e clericalismo, portanto parece lógico chegar à conclusão que anticlericalismo quer dizer aquilo que se opõe ao clero.

Ao nos colocarmos diante da palavra anticlericalismo em contextos históricos diferentes, por exemplo: anticlericalismo Francês, anticlericalismo Português, anticlericalismo Espanhol, cada um destes anticlericalismos seria datado historicamente, pois aconteceram em períodos, séculos e em situações totalmente adversas umas das outras. Por outro lado, podemos dizer que o anticlericalismo Português sofreu influência do anticlericalismo Francês. Em alguns aspectos o anticlericalismo brasileiro teve reflexo direto do anticlericalismo Francês, mas em determinados períodos históricos brasileiros o anticlericalismo Brasileiro toma corpo e impulso próprio a partir do século XIX.

Para explicarmos o anticlericalismo temos antes que explicar o que é clericalismo, este termo está diretamente associado ao universo dos clérigos, ou seja, ao universo dos padres e, portanto, ao universo religioso católico. Contudo, este termo é datado, teria aparecido pela primeira vez em meados do século XIX, pelo menos com grande impacto, em um periódico belga ligado a um movimento de livres-pensadores e seguida pela Comuna de Paris por Gambetta em 1877. O termo clericalismo, portanto tinha uma conotação negativa, pois não foi cunhado por católicos e sim por opositores. (CATROGRA, 1988).

É interessante notar que no período do surgimento do termo clericalismo, os meios católicos não aprovavam esta terminologia. No entanto, com o tempo foi mais fácil aceita-lo em detrimento do termo anticatolicismo que era o real ataque dos livres pensadores, pelo menos naquele momento (CATROGRA, 1988).

Já o substantivo anticlericalismo surgiu naturalmente como termo de oposição a palavra clericalismo.

Sendo por natureza um vocábulo que comporta sentido de oposição, o anticlericalismo define-se pelo sentimento de distância e confronto, que se instala entre quem o assume e a realidade do clericalismo, vista como elemento integrante da instituição cristã e, sobretudo, católica. (ABREU, 2004: p. 26).

Segundo René Rémond¹, um dos maiores estudiosos sobre o anticlericalismo, o termo “anticlerical” só começou a generalizar-se na França a partir da segunda metade do século XIX. Vinculado principalmente ao questionamento do poder temporal do Papa que criticava abertamente a política de Napoleão III com relação a Itália.

Nossas pesquisas, apontam que o anticlericalismo brasileiro ganhou impulso no decorrer do século XIX. Por conta do embate entre o clero e diversos outros grupos religiosos como: maçonaria, protestantes e espíritas. O processo da implantação da República, sua maior expressividade chegou ao seu apogeu no século XX através das ligas anticlericais espalhadas por todo o Brasil. Estas ligas terão folego até meados da década de 30 do século XX sendo o jornal anticlerical *A Lanterna* seu maior divulgador.

Apesar do termo anticlericalismo, enquanto lexo, ser datado no século XIX não significou que os anticlericais não existiam no decorrer da História da Humanidade, antes do século XIX (ou mesmo no decorrer deste). Os termos usados para quem criticava a Igreja Católica eram: livre-pensadores, racionalistas, inimigos da reação, cleróforo, clerófago, voltairiano, fradívoro, antijesuítas (ABREU, 2004).

Estas terminologias revelam algumas imprecisões conceituais que acabaram por ficarem integradas na vastíssima extensão do termo anticlericalismo (ABREU, 2004).

Portanto, o anticlericalismo abarca um caldo de conceitos e categorias que precisam ser analisados com mais atenção e é isso que nos propomos a fazer neste capítulo.

No Brasil, a partir da implantação da República o discurso anticlerical carregou consigo um conjunto de indivíduos, que se levantam muitas vezes através ligas anticlericais mencionadas no jornal *A Lanterna*. Por trás desta unidade aglutinaram-se diversos segmentos sociais com diferentes posições ideológicas, por vezes contraditórias, é isso que vamos abordar no segundo capítulo desta Dissertação.

¹ RÉMOND, René. L'Anticléricalisme En France – de 1815 à nous jours. Paris: 1999.

A experiência de hostilidade é própria do anticlericalismo, mas a natureza e extensão dos objetos por ela abrangidos está muito longe de ser simples e claramente determinada (ABREU, 2004: p. 27).

A crítica à religião elaborada no século XVIII através do Iluminismo Francês ressoou no Brasil do século XIX. Resultou em um movimento de reflexão sobre o que é religião, para o que e para quem a religião servia e acabou provocando novas formas de religiosidade. Segundo Francisco Falcon:

Criou-se assim o mito da irreligiosidade do Século das Luzes, quando, na verdade, o que se tem é um novo ideal de fé, uma nova forma de religião, com a presença de uma problemática religiosa mais profunda, por um lado, e, simultaneamente, o nascer das ciências religiosas, a reformulação da religiosidade em bases diversas das tradicionais (FALCON, 1982: p.127).

Uma outra questão a ser esclarecida acerca do anticlericalismo é a sua diferença em relação ao laicismo. Sobre o laicismo, sugerimos a leitura do livro de Ricardo Luiz de Souza, *Laicidade e Anticlericalismo: Argumentos e Percurso* (Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012). Segundo o autor o laicismo apenas rejeita influência da Igreja na esfera pública, o anticlericalismo abarca uma hostilidade aberta frente ao mundo clerical, seja por questões sociais, religiosas, morais ou políticas (SOUZA, 2012).

1.2 - Categorias de Anticlericalismo

Por causa das nuances do anticlericalismo é que alguns pesquisadores entre eles René Remond e Luiz Machado Abreu abordam o anticlericalismo com diversas categorias. São as categorias que nos levam a entender a especificidade do movimento anticlerical nos diferentes períodos históricos que ele surge ou ressurgiu.

O anticlericalismo Brasileiro ganhou impulso no começo do século XX por intermédio do jornal *A Lanterna*. Carregado de contradições ideológicas internas, porque não existe somente um anticlericalismo, há diversos anticlericalismos, na medida em que consideramos que existem categorias anticlericalismo.

Há diversas formas de classificar e categorizar o anticlericalismo, como por exemplo: francês, marxista, comunista, blasfematório, pornográfico, revolucionário,

legal ou jurídico, terrorista, popular, no Estado, das lojas ou maçônicos, nas ideias ou ideológico, de extrema-direita, de extrema-esquerda, anarquista ou literário, religioso, antirreligioso, protestante, interno, republicano, liberal, entre tantas outras classificações possíveis conforme os estudos e análises sobre este tema (ABREU, 2004).

Passamos agora a abordar algumas categorias de anticlericalismo conforme delimitado por Luiz Machado Abreu em *Ensaio Anticlericais*.

O *anticlericalismo interno* surge dentro da própria Instituição Católica, isto é, abarca os pertencentes as ordens religiosas ou dioceses, podendo expressar descontentamento ou irá contra procedimentos de figuras do clero.

Há muito de clamor profético e de empenhamento reformador nestes ímpetos nascidos no interior da própria Igreja. Pode até dizer-se que, em todos os movimentos de reforma verificados no seio do catolicismo, existiu sempre uma vaga de anticlericalismo formada pela denúncia da desconformidade entre aspectos orgânicos da instituição eclesiástica demasiado acomodada às condições da época, e a sedução exercida pelo ideal mais puro do cristianismo primitivo (ABREU, 2004: p. 26).

O *anticlericalismo externo*, expresso por todos aqueles que não pertencem à comunidade Católica, por exemplo, o *anticlericalismo político* (*marxistas, anarquistas, etc.*) e o *religioso* (*protestantes, espíritas e maçônicos, etc.*) (ABREU, 2004).

Passemos abordar o *anticlericalismo político* se forma, de um lado, das tensões entre a realidade social e política da Igreja enquanto Instituição. E do outro, das estruturas orgânicas da sociedade civil à procura de afirmações e autonomias sem a interferência da Igreja.

Este *anticlericalismo*, o *político*, tem suas origens nos conflitos que foram gerados entre a aproximação da Igreja e do Estado. É o que observamos no caso do Estados Absolutos formados na Idade Média. O rei tinha um poder divino apoiado pela Igreja, estas relações desaguaram, no caso por exemplo da França, na Revolução Francesa (1789), no caso de Portugal a tensão chega ao clímax no período Pombalino e no Brasil no período de transição entre a Monarquia e a República no século XIX (ABREU, 2004).

O *anticlericalismo religioso* diz respeito aqueles se que opõem a Igreja Católica, mas tendo como perspectiva a sua própria religião. Este grupo costuma identificar a Igreja Católica como um atraso ao progresso e a evolução humana.

Voltando ao cunho anticlerical da Revolução Francesa, Abreu (2004) destaca que houve um ápice, neste evento, de anticlericalismo político e anticlericalismo religioso levando para um *anticlericalismo revolucionário*, pois a estrutura não somente a política (ligação do Estado com a Igreja) foi questionada, mas também a religiosidade e as práticas da Instituição Católica foram questionadas, culminando em movimentos de um catolicismo mais liberal e de um catolicismo social, mas que mesmo assim foram vistos com desconfiança por setores da Igreja e também da sociedade liberal francesa do século XVIII (ABREU, 2004).

O *anticlericalismo pornográfico* surgiu na atmosfera da França revolucionária (ABREU, 2004: p. 29) e estava associada principalmente a panfletos com imagens com apelo sexual ou que tinham por objetivo denunciar abusos de clérigos envolvidos em atos sexuais, também o cunho sexual era presente na literatura anticlerical.

Este anticlericalismo ressurgiu recentemente, como por exemplo em algumas charges do jornal Francês Charlie Hebdo²:



² O jornal Charlie Hebdo, surgiu em 1969, em 2015 sofreu um atentado que levou a morte de diversos editores do jornal, fato devido as charges que abordavam de forma ofensiva o Islamismo. (Nota do autor). Link para acesso: <<https://charliehebdo.fr/histoire/>>. Acesso em: 16.01.2018.

³ Capa de novembro de 2012 ironizava a Santíssima Trindade, O Pai, o Filho e o Espírito Santo, e trazia o tema casamento gay. Link para acesso: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/01/charges-mais-polemicas-da-charlie-hebdo.html>>. Acesso: 16.01.2017.

Se considerarmos o modo de expressão como o anticlericalismo se manifesta teremos o *anticlericalismo: literário, ideológico, jurídico*.

Outra forma de categorização de anticlericalismo é geopolítica. Neste caso, teremos o anticlericalismo francês, italiano, português, brasileiro (ABREU, 2004).

Portanto, as categorias de anticlericalismo muitas vezes se confundem, se misturam, se integram, por exemplo: a categoria geopolítica de anticlericalismo brasileiro, neste caso expressa um contexto histórico e geográfico, mas no anticlericalismo brasileiro podemos identificar um categoria de anticlericalismo religioso, quando este é composto de representantes de outras confissões religiosas e tem por objetivo atacar a Igreja Católica. Ou ainda, uma categoria anticlerical brasileira política, quando estas compõem-se de ideologia marcada como a dos anarquistas Brasileiros.

Portanto, o movimento anticlerical brasileiro e suas diversas categorias merecem ser analisadas com mais atenção, pois o que parecem pequenas variações carregam em seu bojo interesses religiosos e ideológicos diversos.

1.3 - O Anticlericalismo Brasileiro do final do século XIX e começo do século XX

O objetivo desta Dissertação não é esmiuçar o anticlericalismo no Brasil deste do Período Colonial até o século XXI. Porque uma abordagem Histórica de longa duração não cabe no escopo deste trabalho, mas temos como proposta analisar o anticlericalismo expresso no jornal *A Lanterna* (1901-1935).

É possível contatar que no Brasil tivemos várias categorias de anticlericalismo e expresso de diversas formas deste o período colonial. Mas para entendermos o recorte da análise desta Dissertação que foi de 1901 a 1935, através do olhar mais atendo para o jornal *A Lanterna* é que optamos para explicar neste item **os elementos conflitantes anticlericais**⁴ no contexto histórico social e político brasileiro entre o século XIX e até meados século XX. Portanto, analisaremos neste item as transformações e tensões religiosas que envolveram a transição do Período Imperial para o Período Republicano.

⁴ Grifo nosso.

No Brasil Império as tensões entre padres e bispos e os representantes das diversas religiões começaram a fazer parte do cotidiano da sociedade brasileira. Os representantes de diversas religiões sentiram-se desprestigiados nos aspectos políticos, pois a Constituição de 1824 deixava claro qual era a religião oficial que no caso era a Católica. O artigo 5º da Constituição de 1824 reconhecia a religião católica como a oficial e mantinha a Igreja subordinada ao Estado. Às outras religiões eram referencias nos Anais do Congresso ANPTECRE, v. 05, 2015, p. ST0901 que previa liberdade de culto doméstico ou particular, desde que não erguessem templos públicos. (NOGUEIRA, 2001: p. 80), provocando reações dos protestantes, kardecistas e maçons que se sentiam excluídos da sociedade.

Quando a Constituição de 1891 foi outorgada, a liberdade de culto se impôs, mas entre estes dois períodos, isto é, entre estas duas Constituições muitos atritos ocorrem com a Igreja Católica e na esfera pública nem sempre o que está na lei se vê na prática.

As disputas pela conquista de novos féis no Brasil do século XIX começam a se acirrar e isto aconteceu devido ao fato de que uma vaga de imigrantes missionários protestantes vindos dos EUA que estavam interessados em conquistar novos adeptos. Além disso espíritas kardecistas, livre pensadores e os conflitos existentes dentro da própria Igreja Católica como por exemplo: Galicanismo e o Jansenismo (VIEIRA, 1980). Entendemos que estes diversos segmentos corroboraram para formação de uma mentalidade anticlerical Brasileira deste período, pois os interesses religiosos passaram a ser diferentes da Igreja Católica.

Todos estes atores sociais basicamente entraram em choque com os representantes do clero Ultramontano, segundo David Gueiros Vieira, os ultramontanos eram maioria do clero no Brasil.

Quando a Constituição de 1824 definia ser religião a católica, entendia-se como sinônimo de Ultramontano. E foram os representantes do clero Ultramontano que se opuseram a toda e qualquer tendência associada ao liberalismo anticlerical, à maçonaria e ao pensamento filosófico científico, contrários aos princípios da Igreja Católica Romana (VIEIRA, 1980).

Os ultramontanos serão os mais hostilizados pelo movimento anticlerical. No contexto da virada do século XIX para o século XX é que nasce o jornal *A Lanterna* e será através desse jornal que as ligas anticlericais brasileiras que surgiram no final do século XIX ganharão vasta expressividade.

Mas afinal o que foi o Ultramontanismo? Para responder esta pergunta utilizamos as palavras de Vieira:

É difícil estabelecer exatamente a data em que entrou no Brasil o tipo de pensamento que, no século XI para descrever cristãos que buscavam a liderança de Roma (do outro lado da montanha) ou que defendiam o ponto de vista dos papas, ou davam apoio à política dos mesmos. Pelos idos do século XV, o mesmo veio a ser utilizado como descrição daqueles que se opunham às pretensões da Igreja Galciana. No entanto, no século XIX, o dito termo reapareceu, dessa vez descrevendo uma série de conceitos e atitudes do lado conservador da Igreja Católica e sua reação aos excessos da Revolução Francesa (VIEIRA, 1980: p. 32).

No Brasil a postura dos clérigos Ultramontanos gerou uma intolerância por parte dos liberais, regalistas e maçons, dada a recusa da inflexibilidade doutrinal dos defensores da subordinação da Igreja nacional à Cúria Republicana. Para os liberais brasileiros do final do século XIX a falta de liberdade religiosa foi entendida como empecilho para o desenvolvimento e progresso (VIEIRA, 1980).

É a partir do final do século XIX que o anticlericalismo Brasileiro começa a criar força, principalmente nas últimas décadas que antecederam a implantação da república. No movimento republicano adotou-se uma postura com tendências anticlericais e com apoio de integrantes da Igreja, como era o caso dos jansenistas. Republicanos como Campos Salles e Bernardino de Campos se expressavam abertamente contra a Igreja.

O projeto de Brasil para os republicanos continha basicamente:

Abolição do caráter oficial da religião católica, e a desvinculação da Igreja do Estado; separação entre ensino secular e o religioso; Instituição do casamento civil, em prejuízo do religioso, “conforme o rito particular dos cônjuges”, secularização dos cemitérios e sua administração pelos municípios; “instituição do registro civil de nascimentos e óbitos” (DEBES, 1977: p. 126).

Durante o episódio da Questão Religiosa (1872-1875) os republicanos perceberam a importância do apoio dos maçons, protestantes, kardecistas e livre pensadores, além do que no bojo do movimento republicano imbuído do ideário positivista, ordem e progresso, que marcaria a nossa bandeira até os dias de hoje, é

possível identificar o forte componente racionalista marcado pela Revolução França e seu ideário de evolução sem interferência da Igreja no Estado⁵.

No Brasil, durante o século XIX, quando as relações entre o Estado e a Igreja eram reguladas pelo regime do padroado, tem-se a famosa Questão Religiosa, ocorrida, entre 1872 e 1875, devido à atuação dos bispos Dom Vital (Olinda) e Dom Macedo Costa (Pará), dois ardorosos defensores do catolicismo ultramontano, que passaram a pregar a inconveniência de católicos estarem vinculados à maçonaria. Uma vez que integrantes da família real eram maçons, não tardou a reação do Império, que resultou na prisão dos respectivos bispos (RUDY, 2017: p. 20 – nota de rodapé).

Notamos, que dado o teor das disputas instaladas no campo religioso brasileiro, durante todo o século XIX, não eram claros os rumos assumidos pela reforma da Igreja e, tampouco, as possibilidades abertas pela Carta Constitucional de 1891, que consagrava o caráter do Estado como “instituição jurídica secularizada”, estipulando em seu Art. 72, parágrafo 3º, que: “Todos os indivíduos e confissões religiosas” poderiam, desde então, “exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum” (VIEIRA, 1980).

A partir do século XIX, no Brasil, a Igreja Católica encontra-se em guerra com tensões internas conflitantes devido aos interesses da Instituição Católica de Roma como é o caso dos Jansenistas (VIEIRA, 1980) e também com correntes políticas contrárias a influência da Igreja sobre a sociedade civil como será o caso dos liberais e dos anarquistas no começo do século XX.

A imprensa liberal tinha um discurso anticlerical, como por exemplo, é o caso do jornal *O Liberal do Pará* que afirmava: “todos os dogmas da Igreja serem mera invenção do Papa” (VIEIRA: 1980, p. 304).

O partido liberal, por exemplo, tornou-se anticlerical abertamente, um de seus representantes, Aureliano Cândido Tavares Bastos dizia que a Igreja era o verdadeiro foco de fanatismo e materialismo (BASTOS, 1938: p. 103).

⁵ A chamada Questão Religiosa (1872-1875) não será abordada com maiores detalhes nesta dissertação mas fica aqui a indicação e importância do tema abordada com profundidade no livro de VIEIRA, David Gueiros – O Protestantismo, A Maçonaria e a Questão religiosa no Brasil, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

O Ultramontanismo brasileiro, por sua vez, encontrava respaldo através do papa Pio IX que era favorável a doutrina do Ultramontanismo materializando seu apoio na bula papal *Syllabus* (1864) e o Concílio Vaticano I (1869-1870), que postulava a infalibilidade do Papa e combatia as ideias que defendiam a secularização e o anticlericalismo. Também combatia o Galicanismo, racionalismo, materialismo e o ateísmo.

A oposição aos Ultramontanos ganhou força nas ligas anticlericais e se alastrou por volta do final da década de 30 do século XX e estavam presentes em vários Estados, assim como testemunha o jornal *A Lanterna*, apesar de Gilberto Freyre dizer que ele acabou no começo da chamada República Velha:

A República de 89 chegou ao fim da Presidência Venceslau Brás e ao começo da Presidência Epitácio Pessoa quase de todo depurada do anticlericalismo dos seus primeiros dias e sobretudo da época da propaganda, embora ainda prejudicada por algum jacobinismo (FREYRE, 1959: v.II p. 687).

Após a implantação da República a sociedade brasileira muda sua rotina de vida, seja ela social, cultural ou política para uma vida cotidiana partindo dos princípios laicos. Ela se torna descrente dos valores e dogmas impostos pela Igreja Católica Ultramontana. A ciência (vista como fonte do progresso e evolução) se torna aliada dos anticlericais (Souza, 2012: p. 107).

Com isso, o anticlericalismo republicano primou pela observância da recente separação entre Igreja e Estado, investigando eventuais subsídios estatais a membros da Igreja e defendendo a laicização do ensino (SOUZA, 2012: p. 185).

Mas será no século XX especificamente até a década de 30 que o anticlericalismo de cunho religioso (expresso pelos maçons, espíritas e protestantes) juntamente com o anticlericalismo político (anarquistas) que colocou em xeque a própria validade da fé e da crença na Igreja Católica. Era a própria religião, e não uma forma específica de religiosidade que estava sendo posta em questão. A religião em questão era a Igreja Católica e isso é possível observar no jornal *A Lanterna* que apresentaremos no terceiro capítulo.

O anticlericalismo brasileiro (século XIX e XX) era marcado por um forte sentimento de repulsa também aos jesuítas, além dos ultramontanos. Os jesuítas

eram considerados agentes contra a liberdade política e social, manteve-se assim o mito do perigo jesuítico, mito que acompanhou a história da Companhia desde a sua fundação (SOUZA, 2012: p. 121)⁶.

A Proclamação foi o único momento da história do Brasil no qual um movimento político majoritariamente anticlerical e cujos líderes eram em sua maioria ateus ou agnósticos foi bem-sucedido e logrou alcançar o poder. Com isso, o anticlericalismo republicano primou pela observância da recente separação entre Igreja e Estado investigando eventuais subsídios estatais a membros da Igreja e defendendo a laicização do ensino (SOUZA, 2012: p. 185).

Há quem considere que o anticlericalismo brasileiro foi muito mais uma mentalidade de época do que um movimento organizado como nos afirma Souza (2012).

O Brasil do final do século XIX foi marcado principalmente pela implantação da República, mas as diversas tensões, culturais, sociais e políticas que tornam este período rico em análise para um pesquisador seja de História, Sociologia, Filosofia ou Ciência da Religião, pois é, nesta época que a Igreja Católica foi colocada em um holofote de questionamentos.

A partir da implantação da República, ocorre o processo de laicização do Estado, ou seja, Igreja e o Estado passam a ser instituições de cunho autônomos, sem interferências entre um e outro. Acontece que esta separação não foi fácil, a educação basicamente estava sobre controle da Igreja (SOUZA, 2012).

Vários grupos irão questionar a participação da Igreja na vida pública dos cidadãos, alguns destes grupos eram religiosos pertencentes há outras religiões que não a católica como os protestantes, os espíritas e maçons (levando em consideração que a maçonaria abarca diversos religiosos, teremos um item no capítulo II só para falar da maçonaria) outros pertencentes aos chamados livres pensadores. Mas todos eles assumiram em muitos momentos um discurso anticlerical. No final do século XIX percebemos que a postura anticlerical se tornou mais latente no Brasil, e além de um anticlericalismo religioso existiu um anticlericalismo político muito presente.

A Proclamação foi o único momento da história do Brasil no qual um movimento político majoritariamente anticlerical e cujos líderes eram

⁶ É interessante compreender o movimento histórico, um século depois de tanto ataque aos ultramontanos e especialmente aos jesuítas temos um o Papa Francisco, um jesuíta respeitado até pela ala mais liberal da Igreja como é o caso dos seguidores da Teologia da Libertação (nota do autor).

em sua maioria ateus ou agnósticos foi bem-sucedido e logrou alcançar o poder. Com isso, o anticlericalismo republicano, primou pela observância da recente separação entre Igreja e Estado, investigando eventuais subsídios estatais a membros da Igreja e defendendo a laicização do ensino (SOUZA, 2012: p. 185).

Queiroz (1986:p. 126) relata um ambiente do que ela chama de vigia contra quaisquer resquícios da união anterior entre Estado e Igreja Católica, uma verdadeira “patrulha” ou ainda poderemos dizer que existe um ambiente de caça às bruxas contra os Ultramontanos e Conservadores da Igreja Católica.

Souza (2012) faz uma referência de como o pensamento positivista se posiciona através dos escritos de Alberto Sales:

Exemplificando tal atitude, em livro publicado no final do século XIX intitulado Política republicana, Alberto Sales (apud Martins,1996, v.IV, p.139), um dos principais ideólogos do positivismo, afirma que a “moderna ciência política, não só consagra energicamente o princípio da completa separação, como também estabelece que o Estado não deve subvencionar Igreja alguma (SOUZA, 2012: p.185).

Vejamos agora um olhar anticlerical de um literato daquele período, ou seja, final do século XIX, referimo-nos a Olavo Bilac citado no livro de Dimas (2006):

O que é mister é que nos esforçamos por tirar às leias, que dirigem as nações, o cunho de religiosidade católica de que vinham eivadas. Já temos conseguido muito, e dentro em pouco tempo a Igreja terá aberto mão do suposto direito de se apropriar do homem, como de coisa sua, e de afeiçoar-lhe o espírito segundo os moldes da sua teocracia intolerante (apud DIMAS, 2006: p. 38).

E eis que maçons, como diz Souza (2012: p. 186) “que tinham em grande parte origem comum de boa parte dos republicanos” fundam uma das primeiras ligas anticlericais em 1902 em Porto Alegre. Não se chamava liga, denominação adotada logo depois por todo o Brasil, chama-se clube anticlerical⁷.

IV – A maçonaria deve combater o clericalismo, doutrinando as massas populares, para lhes mostrar onde está o erro e onde está a verdade; negando ao padre recursos de qualquer natureza; demonstrando que a igreja católica apostólica romana não é a executora das doutrinas do cristianismo; promovendo, empenhada e

⁷ Em toda a minha pesquisa no estado da arte, não localizei livros que tratassem especificamente das ligas anticlericais, tão referenciadas no jornal A Lanterna, mas foi nesta citação de Colussi que consegui localizar a primeira referência destes grupos.

ostensivamente, a fundação **de clubes anticlericais**⁸ (apud COLASSI, 1996: p. 26).

De acordo com esta citação podemos entender que a maçonaria se utilizava de um artifício linguístico que nos remete a uma pregação religiosa, pois o uso da palavra “doutrinando” nos faz refletir sobre um ambiente religioso”.

A maçonaria no Brasil teve diversos ritos, exemplo Adoniramita, Escocês, depois o rito considerado brasileiro. Estes diferentes ritos as vezes tinham visões políticas diferentes (VIEIRA, 1980: p. 42).

Muito embora a maçonaria se considere uma Instituição de cunho filantrópico ela tem uma característica sincrética porque em seu ritual utiliza-se a Bíblia em local de destaque nos templos, mas também rituais simbólicos muitas vezes ligados ao esoterismo (CAMINO, 2005).

No capítulo II faremos um item com o objetivo analisar em mais detalhes a ação da maçonaria junto ao movimento anticlerical presente no jornal *A Lanterna*.

Um outro grupo anticlerical que circula nesta fase de transição do século XIX para o século XX eram os anarquistas. Poucas referências são feitas a eles no processo de transição de regime, da Monarquia para a República, talvez porque eles, os anarquistas, lutavam contra as duas opções, mas o discurso positivista presente nos grupos anarquistas era o mesmo que encontramos no grupo dos republicanos. Portanto, anarquistas e republicanos eram anticlericais e mantinham uma ligação com o pensamento positivista, ou seja, a crença no progresso e na ciência como a solução para tudo, até mesmo para a religião.

A importância do anticlericalismo para a doutrina e propaganda anarquista era muito grande e conjugava tanto a defesa que faziam do livre pensamento dos homens, quanto com sua crença no progresso social orientado pela ciência e pela experiência (GOMES, 2007: p. 102).

Há distinções entre o discurso anticlerical republicano e o discurso anticlerical anarquista. No decorrer deste item demonstramos como surgiu, ao longo do século XIX no Brasil, um anticlericalismo muito próximo do ideário Republicano e que via a necessidade da separação da Igreja e do Estado. Isso não quer dizer que não tinham religião em sua vida privada. Já que os anticlericais anarquistas muitas vezes estavam

⁸ Grifo nosso.

imbuídos de um pensamento libertário que excluía a religião de qualquer atividade na vida privada.

Mas, apesar da existência de um amplo espectro de posturas anticlericais, acreditamos que é possível se falar em um anticlericalismo anarquista de forma mais específica. O anticlericalismo típico dos anarquistas tem uma relação intrínseca com a concepção libertária de poder, que abrange muito mais que o campo da política institucional Margareth Rago (1985), partindo do pensamento foucaultiano, observa que os libertários possuíam uma compreensão do poder mais abrangente que a dos socialistas, por exemplo, se recusando a percebê-lo somente no campo da política institucional. A autora destaca que essa concepção de poder levou os libertários a “desenvolverem intensa atividade de crítica da cultura e das instituições e formularem todo um projeto de mudança social que englobava os pequenos territórios da vida cotidiana (RODRIGUES, 2014: p. 188).

Durante a República Velha identificamos uma forte representação anarquista no Brasil junto aos operários. Com a implantação do regime republicano e novas regras de convívio civil, as reivindicações operárias intensificam-se e o grupo dos anarquistas contra um poder instituído de exploração ganhou voz. A atuação anarquista iria se perpetuar até meados da década de 30 do século XX.

Nos anos 30, com a reorganização do movimento anarquista em São Paulo, os libertários voltaram a exercer uma ampla militância anticlerical, fato expresso nas edições do jornal *A Lanterna*.

E esta voz anarquista apareceu nas manifestações sociais das mais diversas formas entre elas no jornal anticlerical *A Lanterna*, que é nossa fonte primária para análise do anticlericalismo que se estende de 1901 a 1935.

A historiografia brasileira tem por tradição dar mais atenção à formação do Partido Comunista e à influência entre as massas e muitas vezes citam os anarquistas simplesmente como um movimento utópico. Entretanto, é possível observar trabalhos acadêmicos nos últimos 20 anos preocupados em dar voz ao movimento anarquista.

Entre eles está o trabalho da Raquel Azevedo (2002). Em sua pesquisa, ela identifica o cotidiano dos anarquistas⁹:

⁹ O cotidiano dos anarquistas brasileiros que Raquel de Azevedo elenca compõe o imaginário dos participantes do Jornal *A Lanterna*.

- a. reuniões e assembleias de associados;
- b. palestras e conferências públicas;
- c. leituras coletivas e comentadas;
- d. cursos de aperfeiçoamento cultural e intelectual;
- e. debates orais sobre teses escritas;
- f. festivais ou “veladas” de Arte e Cultura
- g. apresentações teatrais de dramas ou comédias de propaganda social;
- h. saraus literários e artísticos;
- i. excursões de recreio e propaganda;
- j. piqueniques populares;
- k. comícios e atos públicos de protesto ou comemoração;
- l. campanhas de agitação pelos bairros e cidades;
- m. rifas, leilões e quermesses (AZEVEDO, 2002: p.115).

Depois de elencarmos os diversos atores sociais que compõem o imaginário anticlerical é possível compreender que todos eles faziam parte da sociedade brasileira no começo do século XX e muitos deles com suas diversas formas de serem anticlericais uniram-se por uma causa, e esta causa era atacar a Igreja Católica.

É possível observar como no jornal anticlerical *A Lanterna* em sua primeira fase, teve como colaboradores diversos atores sociais que, por interesses políticos ou não (anarquistas), religiosos ou não (maçons, livre pensadores, protestantes e espíritas) colaboraram para as edições e divulgações deste periódico.

O periódico *A Lanterna* esteve ligado à maçonaria e surgiu a partir de um esforço de Benjamin Mota (advogado) e de um grupo de maçons da Loja Luso brasileira. Maçons aparecem nas listas de subscrição que sustentavam o jornal, como articulistas e anunciantes, e há notas e artigos referentes a lojas maçônicas – tanto nacionais como internacionais- a associações maçônicas beneficentes, aos políticos relacionados à maçonaria e com críticas aos setores da maçonaria que não defendiam o anticlericalismo (SILVIA, 2012: p. 97-98).

Em uma análise preliminar do jornal *A Lanterna* é possível observar o caldo *homo religiosus* formando-se, especialmente na primeira e segunda fase do jornal, anarquistas, maçons, espíritas, livres-pensadores, protestantes e anarquistas todos juntos e misturados com o único objetivo que era atacar a Igreja Católica. Na terceira fase do jornal que se estende de 1933-1935, já sob o domínio editorial de Edgar Leuenroth (anarquista convicto), o tom do jornal parece que assumiu um discurso anticlerical político pois, na análise de algumas edições, é possível perceber artigos relacionando o Governo de Getúlio Vargas com a Igreja Católica, ou o Fascismo com

a Igreja. Entretanto, sobre este discurso anticlerical da década de 30 do século XX no jornal *A Lanterna* será analisado com mais profundidade no segundo capítulo.

É importante deixar claro que o período histórico brasileiro analisado no jornal *A Lanterna* de 1901 a 1935 sofre mudanças políticas e sociais e estas mudanças tiveram reflexo no jornal.

O Brasil, no começo do século XX, era basicamente agrário. Paulatinamente, nos centros urbanos, era cada vez mais comum os operários sem fábricas. Estes imigrantes operários por vezes chegaram ao Brasil trazendo em suas bagagens o ideário anarquista e anticlerical (GUZZO, 1987).

Mas os centros urbanos brasileiros que floresceram no começo do século XX não eram compostos apenas por operários, mas também profissionais liberais, como por exemplo, advogados e jornalistas que se distanciavam da religião tradicional, por conta do ideário da Revolução Francesa e acabaram sendo atraídos, por exemplo, para o espiritismo kardecista e maçonaria.

O jornal Anticlerical *A Lanterna* interrompeu suas publicações em 1935. Um dos motivos possíveis para o seu encerramento foi a implantação da Lei de Segurança Nacional (LSN). Esta lei tornou tudo e todos motivo de desconfiança para o governo de Getúlio Vargas. Associações, ligas anticlericais, partidos e a imprensa foram, a partir de 1935, vigiadas e monitoradas pelo governo (FAUSTO, 2003).

As ligas anticlericais, divulgadas e divulgadoras do jornal *A Lanterna*, a partir de 1935, tinham em suas reuniões agentes infiltrados do governo Vargas¹⁰.

[...] no início de 1935, uma Lei de Segurança Nacional (LSN), aprovada pelo Congresso com o voto dos liberais. A lei definiu os crimes contra a ordem política e social, incluindo entre eles: a greve de funcionários públicos; a provocação de animosidade nas classes armadas; a incitação de ódio entre as classes sociais; a propaganda subversiva; a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem política ou social por meios não permitidos em lei (FAUSTO, 2003: p. 197).

Depois de 1935 e até por volta de 1945 a repressão do governo Getúlio Vargas seria intensificada. Muitas organizações sindicais ou não, consideradas subversivas, foram fechadas.

¹⁰ A vigia constata das ligas anticlericais do Deops no governo Getúlio Vargas está registrada e documentada no Arquivo do Estado de São Paulo em diversos prontuários sobre as ligas como o prontuário 2904 que fala da Liga anticlerical de Campinas (nota nossa).

No meio sindical, os Anarco-sindicalistas recolheram-se no final de 1935, aparecendo esporadicamente em assembleias operárias sob estrita vigilância do DOPS ou em manifestações antifascistas. Somente após 1945, os libertários voltam às manifestações públicas, em torno de grupos de afinidades ou de jornais, não reavendo, entretanto, posições significativas no meio sindical (AZEVEDO, 2002: p. 362-363).

Entretanto, 1935 marcou-se o fim do jornal *A Lanterna* e as ligas anticlericais perdem força e foram fechadas. Mas o anticlericalismo se renova e as diversas categorias de anticlericalismo permanecem até os dias atuais.

Após discutir e explicar a origem a origem do anticlericalismo e sua formação na sociedade Brasileira no contexto histórico do século XIX para o século XX, passaremos para o segundo capítulo para detalhar a análise do discurso contido no jornal *A Lanterna*.

2. A LANTERNA

2.1 - A *Lanterna* e o Jornalismo Anticlerical

Na virada do século XIX para o século XX o Brasil estava apenas começando o período Republicano, os atores sociais que comentamos no capítulo I, isto é, Republicanos e Liberais, ainda vivenciavam uma clara tensão entre Igreja e Estado. Os participantes da implantação da República expressavam claramente tendências anticlericais e pressionavam cada vez mais a necessidade da separação Igreja e Estado.

Entre os anticlericais era possível identificar liberais, maçons, republicanos e anarquistas. Com a liberdade de imprensa surgiram diversos jornais de cunho anticlerical, entre eles, o jornal *A Lanterna*.

Como afirma Peter Burke em seu livro *História Social da Mídia*: Na história da imprensa cada país tem sua data marcante, a da França foi em 1881 quando surgiu a lei de imprensa: *La Presse est libre* (BRIGGES/BURKE, 2006: p. 196).

No Brasil o marco histórico da imprensa não veio muito tempo depois da França. A nossa liberdade de imprensa surgiu dez anos depois, na Constituição de 1891, colaborou para a ampla divulgação de jornais das mais diversas correntes entre elas: anticlericais, católicas, anarquistas, protestantes, alemãs, italianas e muitos voltados para os trabalhadores que viviam no meio urbano. No período de 1858 a 1927 surgiram por volta de 343 jornais com os mais variados títulos e temas, sessenta em língua estrangeira (FERREIRA, 1978: p. 90).

Benjamim Mota (editor do jornal *A Lanterna*) fez questão de destacar a liberdade de imprensa expressa na Constituição de 1891 no artigo 72, parágrafo 12 que dizia:

Art 72§ 12 - Em qualquer assunto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato.

Os jornais Brasileiros da Primeira República (1889-1930) seguiam diversas tendências que podiam ser desde cunho religioso, como jornais protestantes ou

católicos, e jornais de cunho político anarquistas ou liberais. Fato destacado por Martins e Luca:

O advento e o transcorrer da chamada Primeira República (1889-1930) trouxeram uma imprensa que se diversificava. A política mantinha seu espaço, mas o crescimento urbano propiciava o ímpeto de se reportar novos focos de notícia, fosse aquele do bordão republicano “O Brasil Civiliza-se” ou as diferentes práticas culturais de uma sociedade em busca do progresso (MARTINS/LUCA, 2008: p. 83).

Os imigrantes, em sua grande maioria, do começo do século XX, geralmente provenientes da Europa, sabiam ler e escrever, assim os jornais desta época traziam notícias da Europa.

Os comerciantes e profissionais autônomos dos grandes centros urbanos percebendo a popularidade destes jornais, não tardaram em colaborar financeiramente para as publicações através de anúncios que certamente seriam vistos por muitas pessoas.

Os jornais e revistas num Brasil de poucos leitores, mas de crescente número de colaboradores a remunerar, não podiam dispensar a publicidade profissional nascente. É nesse momento que os anúncios tomam conta das revistas, fosse em caráter publicitário, fosse como apoio econômico ao veículo (MARTINS/LUCA, 2008: p. 94).

A Lanterna não ficaria fora deste círculo publicitário mesmo porque o jornal tinha distribuição gratuita no primeiro ano de sua publicação e dependia de colaboradores e dos que pagavam anúncios para sobreviver em sua produção.

Além das propagandas o jornal *A Lanterna* mantinha o foco em suas críticas à Igreja. Como demonstramos no capítulo anterior o Ultramontanismo acabou tomando fôlego na fase da implantação do período Republicano Brasileiro e é justamente este Ultramontanismo que o Jornal *A Lanterna* criticou abertamente em seus artigos.

Nas primeiras edições do jornal o ataque se direciona aos jesuítas, porque são eles, segundo o jornal, “a causa dos nossos males”. Nas edições e fases que se seguem o Ultramontanismo foi o alvo. No decorrer dos anos o ataque se estende a todas as religiões, sendo que para os anticlericais que escrevem no jornal *A Lanterna*

os livres-pensadores, espirituais, esotéricos e maçons não eram considerados como religião.

A crítica aos jesuítas começa em 1901, mas logo se propaga para os Ultramontanos:

Reaparece hoje A Lanterna, e, fiel ao seu programa, continuará a combater a invasão jesuítica e o domínio do ultramontanismo no Brasil. Mais do que nunca é necessária agora a nossa propaganda, pois o inimigo já conseguiu aliados até nas mais altas esferas de poder, já conseguiu transformar ministros de uma república que separou a Igreja do Estado em lacaios da cúria romana e, corrompendo para se impor evidentemente comprou alguns dos grandes órgãos fluminenses que, na questão beneditina, se colocaram ao lado dos frades estrangeiros, aves de rapina que a Igreja romana está soltando sobre o Brasil. A luta franca e a descoberta contra a corja fradesca, contra a clericanalha expulsa de outras terras é uma necessidade inadiável. (*A Lanterna*, São Paulo, 06 de junho de 1903, p. 01).

Mas quem foi o fundador do jornal *A Lanterna*? Foi Benjamim Mota. Seu nome verdadeiro era Benjamim Franklin Silveira da Mota. Nasceu na cidade Rio Claro interior de São Paulo, em janeiro de 1870 e faleceu em dezembro de 1940, começou no jornalismo aos 20 de idade, estudou em colégio protestante. Provavelmente, quando ainda era moço, já assumiu uma identidade anticlerical, pelos livros que lia: *Opúsculos*, de Alexandre Herculano, *Os Jesuítas*, de Edgar Quinete e *O Padre Belchior de Pontes*, de Júlio Ribeiro. Sobre os livros lidos por Benjamim Mota, José Romero comentou: “os quais lhe mostraram toda a hediondez do jesuitismo, abrindo-lhe as portas do conhecimento para novos rumos” (RODRIGUES, 1994: p. 116).

Benjamim Mota foi advogado, jornalista, anarquista e maçom. Todos estes predicados o impulsionaram a publicar o jornal *A Lanterna*.

Em um primeiro momento de sua trajetória política, mostrou-se defensor da causa abolicionista e do ideal republicano. Porém, com sua ida para Paris, onde morou de 1891 a 1893, retornou ao Brasil cheio de prestígio literário, boêmio e anarquista (RUDY, 2017: p. 35).

De 1901 a 1935 o jornal *A Lanterna* não teve publicações continuadas, isto é, nem sempre apresentou periodicidade, intercalou fases de intensa produção, publicou mais de um número por semana como também produções quinzenais, mensais e até anuais.

Estes interstícios aconteceram por diversos motivos: as vezes por falta de dinheiro, outras por falta de tempo de Benjamim Mota que também acumulava a profissão de advogado além de jornalista e editor do jornal e mudanças de editoração.

A LANTERNA foi fundada em 1901, aparecendo o primeiro número em 7 de março. Essa fase durou até 29 de fevereiro de 1904, sob a direção de Benjamim Motta, sendo publicados 60 números, com 28 em edição diária que durou de 15 de Dezembro de 1903 a 24 de Janeiro de 1904. Foi, portanto, de 3 anos, a primeira fase do nosso jornal. A segunda fase foi iniciada em 17 de Outubro de 1909 e durou até 19 de Novembro de 1916, sempre sob a direção de Edgar Leurenroth. Durou a segunda fase 7 anos, durante os quais foram publicados 293 números. Computando apenas os anos de publicação A LANTERNA tem um ativo de 10 anos de existência, com 353 números publicados. Entramos, portanto no 11º ano de publicação, com o número 354. E o que fazemos figurar no cabeçalho (*A Lanterna*, São Paulo, 13 de julho de 1933).



(*A Lanterna*, São Paulo, 07 de março de 1901, p. 01)

Para análise do jornal *A Lanterna* tivemos acesso a um total de 200 edições que pertencem em parte ao Acervo de Documentação da Unesp (São Paulo) e em parte ao Acervo de Documentação do Arquivo Edgar Leurenroth da Unicamp (Campinas).

Mesmo sendo a participação de Benjamim Mota como editor do jornal somente na primeira fase, sua participação iria se estender até a terceira e última fase. Por isso foi possível contatamos diversos artigos assinados por ele em 1933, 1934 e 1935.

A partir da segunda fase, Edgar Leuenroth entra em cena, sua amizade com Benjamim Mota veio pela via anarquista, Leuenroth não era maçom, mas no jornal *A Lanterna* foi possível verificar seu enorme respeito aos maçons.

As edições do jornal *A Lanterna* da segunda e terceira fase ficaram sob o comando de Edgar Leuenroth que teve uma vida jornalística intensa. Foi responsável pela publicação de mais cinco jornais além d'*A Lanterna*. Foram eles: Folha do Brás (1899), Terra Livre (1905), Folha do Povo (1908), A Vanguarda (1911), A Plebe e a Patuléia (1920), todos engajados no movimento anarquista, ao qual Edgar Leuenroth permaneceu fiel até o fim da vida (FERREIRA, 1978: p. 90).

Já no primeiro número d'*A Lanterna* datada de 7 de março de 1901 foi possível verificar o longo alcance de sua divulgação através das 10.000 mil tiragens de exemplares. Na terceira página desta primeira edição, há uma nota chamada: "Expediente". Nesta nota, *A Lanterna* exhibe os seus representantes que se encontram em Porto Alegre - RS, Uberaba - MG, Santos - SP, Campinas - SP, São Luís - MA. Esta distribuição do jornal só foi possível provavelmente pela popularidade de Benjamim Mota, mas principalmente dos amigos maçons espalhados por todo o Brasil. Além disso, nas edições seguintes o jornal deixa claro que é um órgão das Ligas Anticlericais.

O conteúdo do jornal foi diretamente influenciado pelos maçons.

Lançado em março de 1901, na capital paulista, pelos esforços do anarquista Benjamim Mota e de um grupo de maçons da Loja Luso-Brasileira. (*A Lanterna*, São Paulo, 29 de fevereiro de 1904, p. 01).

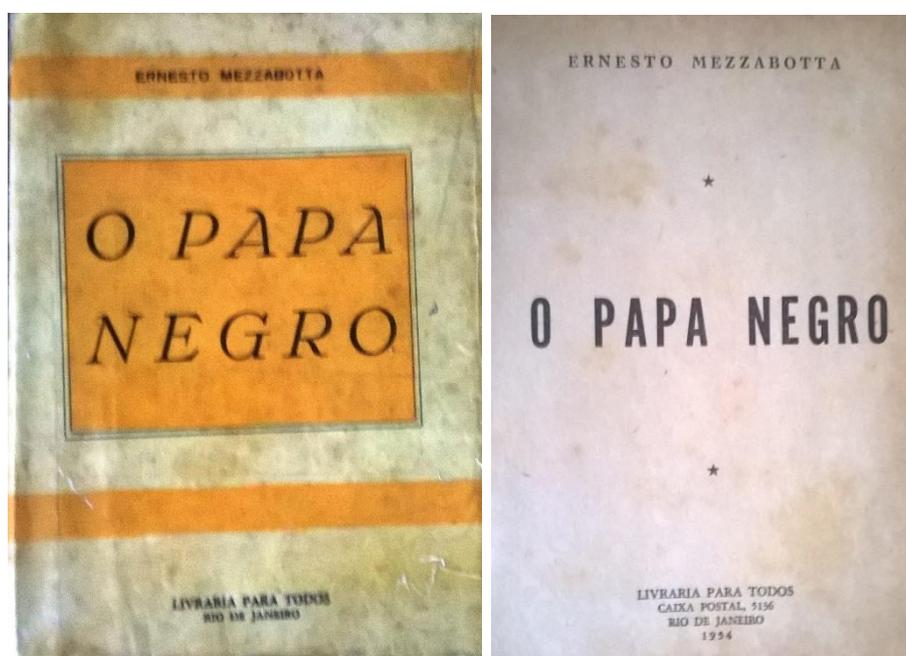
A sede do jornal, em suas primeiras edições foi na rua da Quitanda, 02 Centro, São Paulo, Capital. No decorrer dos anos mudou várias vezes de endereço, mas permaneceu sempre na região central da cidade de São Paulo.

Um dos articulistas do jornal era Guerra Junqueira, sem dúvida nenhuma o maior colaborador do jornal. Escreveu diversos artigos e poesias contidos em várias edições d'*A Lanterna*. Além de Guerra Junqueira, outros escritores que se destacam:

Neno Vasco e José Oiticica. Estes três articulistas não eram maçons, mas anarquistas convictos até o fim de suas vidas (RODRIGUES, 1994).

O jornal não se restringiu somente às notícias anticlericais do Brasil, mas também tinha correspondentes da Espanha, Itália, França, México, Argentina, Portugal, Uruguai, Bélgica¹¹.

A literatura anticlerical indicada pela *A Lanterna* era ampla e abrangia diversos autores. Entre eles: Eça de Queiroz com o livro: *O crime do Padre Amaro* e o italiano, Ernesto Mezzabota com o livro *O Papa Negro*¹².



(Acervo Nosso)

Em diversas edições d'*A Lanterna* observamos a divulgação do livro *O Papa Negro*. No artigo intitulado: *O Jesuíta – O Papa Negro* lemos o seguinte trecho:

¹¹ Referência na edição de 25 de maio de 1912.

¹² Livro *O Papa Negro* de Ernesto Mezzabota, foi muito divulgado entre o meio maçônico e anticlerical sendo editado várias vezes no Brasil. Um destes exemplares, em uma edição de 1954, encontra-se no meu acervo pessoal que pertenceu ao meu avô que era espírita Kardecista, maçom e anticlerical.

[...] o autor desdobra a trama fatídica dessa casta daninha, perversa e hipócrita, desses verdadeiros inimigos da humanidade e da liberdade e do progresso humano – os jesuítas - seita detestável e horrorosa que manobra nas trevas (...). (*A Lanterna*, São Paulo, 13 de julho 1933 p. 03).

No jornal *A Lanterna* observamos e analisamos a presença de maçons e anarquistas atuando em conjunto contra o clericalismo. Estes dois componentes do jornal, ou seja, maçons e anarquistas é o analisaremos nos próximos itens.

2.2 – *A Lanterna* e a Maçonaria

No decorrer da análise do jornal *A Lanterna* constatamos que os maçons de várias regiões do Brasil, até a década de 30 do século XX, estavam envolvidos com o movimento anticlerical seja através d'*A Lanterna*, seja através de um outro jornal anticlerical chamado *Livre Pensador*¹³.

Dessa forma, no Brasil, nas primeiras décadas do século 20, tem-se o engajamento nas campanhas anticlericais de elementos deístas, cristãos, espíritas e ocultistas. Aliás, há casos de libertários anticlericais que aderiram a crenças ocultistas, a exemplo de Maria Lacerda de Moura e José Oiticica. Entretanto, essa postura que poderá soar um tanto estranha para alguns, ou até paradoxal para outros, não foi um impedimento para que os dois se tornassem figuras de proa em muitas das lutas travadas contra a Igreja e/ou o Estado (RUDY, 2017: p. 18).

Como abordamos no capítulo I, os participantes da maçonaria estavam envolvidos em atritos com a Igreja Católica na Questão Religiosa, que abarcou bispos, padres e maçons.

Afirmar simplesmente que eram maçons não responde os porquês da notoriedade histórica que foi o episódio da Questão Religiosa.

Mas para responder a esta questão David Gueiros Vieira em seu livro: *O Protestantismo, A Maçonaria e A Questão Religiosa no Brasil (1980)*, abordou os diversos elementos que caracterizaram este episódio, entre eles: “os protestantes, os

¹³ O jornal *O Livre Pensador*, que foi editado por Everaldo Dias, também maçom e anarquista, foi publicado na primeira década do século XX, no Brasil, em alguns momentos era distribuído junto com *A Lanterna*. Algumas edições do *O Livre Pensador* assim com *A Lanterna* estão disponíveis para consulta e digitalizados no site do Arquivo Edgar Leuenroth – Unicamp.

espíritas, as divergências internas do Catolicismo o Galicanismo e o Ultramontanismo”. (VIEIRA, 1980).

O jornal *A Lanterna* está recheado de artigos e citações direcionadas ao leitor maçom, como, por exemplo, este trecho sob o título do artigo “*O jesuitismo contra a maçonaria*”:

Que se firme, pois, o princípio. O maçom nada deve ter de comum com a Igreja Romana. Cada um no seu campo: o maçom, trabalhando contra o jesuitismo e o clericalismo; o padre perpetuando o obscurantismo e trabalhando pela teocracia sonhada por Gregório VII (*A Lanterna*, São Paulo, 20 de junho de 1903, p. 01).

Para os maçons, a maçonaria não é uma religião e sim uma sociedade de cunho ecumênico. Segundo os pesquisadores que estudam esta questão de fora, os *outsiders*, a maçonaria tem elementos que a caracterizam como religião, existe uma ritualização de sacralização de elementos e objetos que remontam à Igreja Católica do século XVI (KOFES, 2015).

Ao pensarmos no Brasil Contemporâneo e refletirmos sobre as questões expressas no jornal *A Lanterna*, talvez teremos dificuldades de entender os motivos pelos quais anarquistas e maçons estão juntos na luta contra a Igreja da época. Isto ocorre porque existe uma oposição clara entre maçons e anarquistas. Dito de outro modo, o anarquismo defende e defendia no jornal a eliminação de todas as Instituições; enquanto os maçons com seus rituais estiveram e estão diluídos em outras Instituições. Por isso, é curioso e surpreendente que no jornal anarquistas e maçons estejam de mãos dadas contra a Igreja Católica no início do século XX.

Esta aproximação, no caso do jornal *A Lanterna*, ocorreu pelo interesse em comum, a luta contra o clericalismo.

Desta forma, apesar de comumente ter sido tachada de uma instituição por excelência burguesa, a maçonaria acabaria por despertar o interesse de círculos radicais e revolucionários. Entre esses agrupamentos que dela se aproximaram, figuravam os anarquistas (RUDY, 2017: p. 38).

Mas dizer que o anticlericalismo d’*A Lanterna* era basicamente formada por maçons, não responde ao porquê desta Dissertação em um Programa de Ciência da Religião. Mesmo porque a análise da religião e/ou do *homo religiosus* é um dos campos de pesquisa do Programa.

Isto posto, entendemos que na maçonaria existem adeptos de diversas religiões entre os quais os que mais se aproximam são os espíritas¹⁴.

A aproximação de espíritas e maçons começou no século XIX, quando o espiritismo chegou ao Brasil, no meio da turbulenta crise do Império e a implantação da República.

Entre o fim do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX encontramos grupos em que anticlericais, livres-pensadores, liberais, abolicionistas, anarquistas, socialistas, positivistas, espíritas, maçons e protestantes articulavam-se formando sistemas inter-relacionados baseados em racionalidades que surgiram de situações particulares e proliferaram em espaços circunscritos, em uma combinatória de forças em competição e em conflitos (SILVA, 2011: p. 88).

Esta aproximação ocorreu por vários motivos, muitos espíritas kardecistas encontravam na maçonaria uma aliada na defesa do progresso e evolução humana. Estas duas palavras, **progresso e evolução**, carregadas de conceitos estariam presentes sempre no discurso deles que colocaram a Igreja Católica como símbolo de atraso.

Ao considerar a Igreja símbolo de atraso os maçons encontraram outros amigos em suas lutas, que eram os anarquistas.

Muitos maçons foram e são espíritas kardecistas. Também existem maçons que pertencem a outras religiões, como protestantes, judeus. A maçonaria comporta em sua essência um ecumenismo e este ecumenismo é carregado de religiosidade.

Criou-se, enfim, após a Proclamação, como lembra Romano (1979, p.115), **uma nova religião laica**,¹⁵ na qual os novos difusores e sacerdotes do conhecimento combateriam segundo eles próprios, de posse das forças estatais identificadas com a modernidade e as Luzes, o outro lado, no qual estaria a ignorância, o atraso e as forças que o defendem e dela dependem, entre elas a Igreja. E os republicanos ressuscitam as figuras do clero enganador, do maquiavelismo jesuítico e romano, da astúcia e da superstição, cujo fim inconfessado seria manter a consciência da massa no atraso e na ignorância (SOUZA, 2012: p.196).

Outra interseção entre Espiritismo e Maçonaria encontramos na pesquisa de Marcos José Diniz Silva:

¹⁴ Estes espíritas são de cunho Kardecista, isto é, aqueles que seguem os ensinamentos de Allan Kardec. Atualmente existem espíritas que não se declaram Kardecistas.

¹⁵ Grifo nosso.

Quanto ao Espiritismo, suas afinidades eletivas com a Maçonaria decorrem de duas condições. Em primeiro lugar pelo fato de o Espiritismo, ao chegar ao Brasil, na segunda metade do século XIX, ter encontrado severa oposição do catolicismo. Lembra Machado (1997:113) que na agitação intelectual da Corte, grandes nomes da política nacional que eram maçons, também aderiram ao Espiritismo, tais como Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho, Bittencourt Sampaio. Segundo, pela proposta racional da crença espírita, seu evolucionismo, suas bases positivistas e oposição fundamental ao materialismo (SILVA, 2003: p. 03).

A influência do iluminismo Francês foi e é presente em boa parte da análise histórico-social brasileira, desde a Inconfidência Mineira, passando pelo ideário Maçônico e Espirita Kardecista até chegarmos nos jornais com influência maçônica e anarquista. O próprio nome no jornal: “*A Lanterna*” nos remete ao chamado por alguns historiadores como “o século das Luzes”.

A metáfora da “Luz” foi levada a sério na definição do movimento pelos seus participantes. A Luz era da “Razão”, palavra-chave da época, usada em oposição a fé, superstição, tradição e preconceito. Outra palavra-chave do período era “crítica” (BRIGGS/BURKE, 2006: p. 101).

As lojas maçônicas adotavam uma postura anticlerical e de constantes ataques a Igreja Católica, como é possível observar em um artigo d’*A Lanterna* sob o título de “*Congresso Maçônico*” relatando o que se segue no jornal *A Lanterna*, São Paulo, 19 de fevereiro de 1904: “*Há conveniência na ação conjunta e uniforme da maçonaria do Sul da América, para fazer frete à Invasão do clericalismo*”.

O anticlericalismo d’*A Lanterna*, como temos explicado no decorrer deste item, foi de cunho maçônico e muitos destes maçons tinham uma religião, além disso a própria maçonaria pode ser considerada uma espécie de religião. Pois, os elementos que a compõem, como por exemplo: livro sagrado, ritual, símbolo e referência a um ser supremo chamado de O grande Arquiteto do Universo, poderiam lhe conferir um conceito de religião.

De acordo com a explicação de Fernand Tourret:

A discussão sobre este ponto: “a Maçonaria é uma religião? Constitui, portanto, um impasse; os partidários e os adversários ficam bloqueados, sem poderem encontrar uma saída. O sociólogo responderá simplesmente: **“sim, ela é uma religião, com todas as**

suas características¹⁶. Com efeito, agrupamento social bem localizado, fechado, intensamente detentor de formas sacralizadas que conserva e manifesta constantemente, animado por princípios morais que proclama necessários e benéficos, a Ordem maçônica só pode ser uma religião. O fato de ela recusar tal denominação não pode intervir na classificação das formas sociais (TOURRET, 1975: p. 109).

A maçonaria por vezes participou de momentos Históricos da política Brasileira, como foi o caso da Inconfidência Mineira. No jornal *A Lanterna* encontramos alguns trechos em que a maçonaria crítica a relação da Igreja com o Estado. No artigo intitulado: *O Posto* lemos:

Mas, o povo brasileiro deve repelir a candidatura que lhe é imposta. Os Maçons, protestantes, católicos anticlericais, livre pensadores – devem unir-se para sufragar nas urnas o nome de qualquer cidadão que represente uma barreira à invasão jesuítica, pelo respeito á lei fundamental do país, que separando a Igreja do Estado, estabeleceu por isso que o Brasil não pode manter relações de qualquer espécie com o velho avaro do Vaticano (*A Lanterna*, São Paulo, 03 de junho de 1901, p. 01).

E é em trechos como esse anticlericalismo assume uma conotação política.

Na terceira fase do jornal ainda foi possível constatar a influência da maçonaria e sua preocupação na relação do Estado com a Igreja. Título do artigo que segue abaixo: *A Maçonaria e a Constituinte*:

A Loja Maçônica Libertas com sede na capital do Estado de São Paulo, tem a insigne honra de dirigir-se a Assembleia Nacional que deverá outorgar, ao país, nova Carta Magna, e apelar para cada um dos srs. Constituintes, por intermédio de V. Excia, no sentido de serem mantidos, na nova Constituição, os dispositivos do art. 72 da Carta de 1891, em virtude dos quais só é reconhecido o casamento civil, é leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e nenhum culto ou Igreja goza de subvenção oficial nem tem relação de dependência ou aliança com o governo da União ou dos Estados (*A Lanterna*, São Paulo, 23 de novembro de 1933, p. 01).

Outra preocupação recorrente dos maçons n'*A Lanterna* era a educação, através do jornal foi possível saber de Instituições Educacionais formadas e financiadas por maçons, como demonstra trecho do artigo "*Ginásio Ganganelli*":

¹⁶ Grifo nosso.

O Grande Oriente do Rio Grande do Sul fiel ao seu programa e aos princípios, está ativamente trabalhando contra a invasão do jesuitismo no Estado do Rio Grande do Sul, e como o ilustre e respeitabilíssimo cidadão que preside aos seus destinos, o Desembargador dr. Antonio Antunes Ribas, o sabe que o melhor meio de combater o clericalismo é educar o povo, dando-lhe uma educação sã, foi instado um colégio maçônico que tomou o nome de **Gymnasio Ganganelli**¹⁷, nome este duplamente significativo. No contrato celebrado entre o professor sr. Ildfonso Ferreira Gomes, e o Grande Oriente do Rio Grande do Sul, ficou estabelecido que o ensino será inteiramente leigo (*A Lanterna*, São Paulo 15 de agosto de 1903, p. 02).

Em alguns números, principalmente na segunda fase do jornal, tem-se a coluna: *Resumo da História das Religiões*, com temas variados que tem por objetivo explicar ao leitor que a religião foi uma construção do homem. Na edição de 26 de março de 1910, página 02, o editor (sem nome) fala de como o Sol era visto como um Deus através das civilizações antigas:

[...] Na Grécia, onde a religião reveste uma forma mais poética e mais doce, é Appolo (Phebo), aparecendo todas as manhãs pela porta do Oriente, que lhe é aberta pela Aurora de dedos cor de rosa, para efetuar a sua corrida através da abóboda azulada, num carro arrastado por soberbos corcéis (*A Lanterna*, São Paulo, 26 de março de 1910, p. 02).

Verificamos que na terceira fase d'*A Lanterna* os maçons participavam ativamente e, portanto, o jornal tinha por intuito também divulgar a maçonaria que por sua vez apoiava a causa anticlerical.

Reunião Maçônica – A Loja Capitular Quintino Bocaiuva, desta capital, promoveu uma sessão solene comemorativa da independência do Brasil, que se realizou as 20.30 horas, no templo da rua Tabatinguera, 37-A, com a presença de numerosas famílias, revestindo-se o ato de grande animação. Agradecemos o convite que nos foi enviado (*A Lanterna*, São Paulo, 14 de setembro de 1933 p. 02).

Observamos a intensa mobilização dos maçons pela cidade de São Paulo em prol da causa anticlerical.

¹⁷ Grifo nosso, o nome do colégio neste trecho do texto foi mantido em sua grafia original.

2.3 – A Lanterna e os Anarquistas

Edgar Leuenroth assume a edições do jornal *A Lanterna* na segunda e terceira fase. Isso não significa que os maçons não continuaram a contribuir com artigos, mas é a partir da segunda fase que os anarquistas anticlericais se tornam mais presentes.

Edgar Leuenroth deixou um legado importante para a historiografia do movimento anarquista no Brasil que se encontra em grande parte disponível no Arquivo Edgar Leuenroth – Unicamp – São Paulo.

Edgard Frederico Leuenroth (1881-1968) foi um célebre militante anarquista atuando na imprensa operária no século XX, nasceu em Mogi Mirim-SP, filho de Waldemar Eugênio Leuenroth e Amélia de Oliveira Brito e mudou-se para São Paulo aos 5 anos de idade. Trabalhou desde os 10 anos de idade e em 1897 ingressou no jornal *O Commercio* de São Paulo onde exerceu por 12 anos a atividade de tipógrafo. Em 1897, com material de uma tipografia que comprara, funda seu primeiro periódico, o jornal crítico e literário *O Boi*, publicado até 1898, que daria origem à *Folha do Braz*, órgão defensor dos direitos dos moradores daquele bairro. Edgard Leuenroth trabalhou até o fim da vida com jornalismo, mas mais do que uma profissão, para ele o jornalismo era um meio de militância política e instrumento de organização, propaganda e educação da classe trabalhadora. Dentre os jornais que criou e editou são notórios os títulos *O Trabalhador Gráfico*, *Folha do Povo*, *A Luta Proletária*, *A Lanterna*, *A Guerra Social*, *Spartacus*, *A Plebe* entre outros (Arquivo Edgar Leuenroth)¹⁸.

A divulgação do anarquismo também está presente na análise do jornal anticlerical *A Lanterna*. Isto é possível observar em artigos como este: “*Festa Libertaria na Lapa*”:

Promovida pelo grupo anarquista Os sem Patria, da Lapa, realizar-se-á no dia 12 do próximo mês de dezembro uma festa de propaganda libertaria no salão do Cinema Teatro. A velada, que terá começo às 20 e meia horas, constará do programa seguinte: 1- *Senza Patria*, drama em 1 ao de Pietro Gori; 2- Conferencia de propaganda; 3- *O Viajante e o herói*, peça em 1 ato, de Felicio Vezzani; 4- Baile familiar e quermesse (*A Lanterna*, São Paulo, 05 dezembros de 1914, p. 03).

Muitas são as definições de anarquismo, porém todas elas têm em comum a rejeição ao poder pré-estabelecido.

¹⁸ Arquivo Edgar Leuenroth – acesso online: <<https://www.ael.ifch.unicamp.br/edgard-leuenroth>>. Acesso em 06.04.2017.

A palavra Anarquia – tantas vezes deturpada por ignorância de seu verdadeiro significado ou por temor de seus oponentes – tem origem na língua grega e significa “estar ou viver sem governo” (PARRA, 2003: p.17).

É possível dizer que um dos motivos da interrupção da edição do jornal *A Lanterna* da segunda fase até a terceira fase, que consta no intervalo de 1916 a 1933, foi porque seu editor, Edgar Leuenroth, esteve envolvido em várias causas, além do anticlericalismo do jornal *A Lanterna*, editava diversos jornais, abraçou a causa antifascista, frequentava as Ligas Anticlericais, entre outras coisas também frequentava as reuniões nas Classes Laboriosas reduto de anticlericais e anarquistas.

Os encontros nas Classes Laboriosas com sede em São Paulo, foram registrados por Zélia Gattai¹⁹ em seu livro: *Anarquistas Graças a Deus*:

Edgar Leuenroth era o orador preferido de mamãe. Sua figura me impressionava: magro, rosto de cera, quase transparente, testa alta, cabelos penteados à Mascagni, grisalhos. Comparecia de vez em quanto às reuniões para falar, ouvido em silêncio, com o maior respeito. Nessa hora ninguém abria a boca (GATTAI, 1979: p.160).

Leuenroth foi um dos articuladores da greve de 1917, foi preso várias vezes. “Em 1927, Leuenroth preso quando proferia discursos em comemoração à morte de Sacco e Vanzetti, no Largo da Concórdia “(PARRA, 2003: p.128).

Conforme analisou Boris Fausto em seu em seu livro: *Trabalho Urbano e Conflito Social*, o anarquismo se converteu “na principal corrente organizatória do movimento operário, nos principais centros urbanos do Brasil e principalmente nas duas primeiras décadas do século XX tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo” (FAUTO, 1976: p. 62).

Observamos que as ideias libertárias do anarquismo alcançavam as terras brasileiras antes marxismo.

As ideias libertárias chegam ao Brasil antes do marxismo, trazidas por imigrantes pobres vindos de países onde justamente o anarquismo era mais representativo que o marxismo (SALLES, 2005: p. 30).

¹⁹ Zélia Gattai, romancista, esposa de Jorge Amado, era neta de Ernesto Gattai, um imigrante Italiano que que formou uma colônia anarquista na região do Paraná, terras cedidas pelo Imperador D. Pedro II e posteriormente exterminada na implantação da República.

Os anarquistas presentes n' *A Lanterna* se diferenciavam dos Anarco-sindicalistas.

[...] uma que se dizia representante dos “anarquistas puros”, e outra, a dos anarquistas que faziam parte do movimento sindical e assumiam o sindicato como seu principal meio de ação. Estas duas vertentes do anarquismo não só adotavam diferentes posturas, como também se opunham uma à outra (PARRA, 2003: p. 46).

O embate ideológico entre estes dois tipos de anarquismo levou muitos anarquistas para o partido Comunista. Mas Edgar Leuenroth, o editor da segunda e terceira fase do jornal *A Lanterna*, conforme comentamos acima e tantos outros que fizeram parte do jornal se mantiveram fiéis ao anarquismo libertário.

Sobre os anarquistas:

Sabe-se que para os anarquistas, o esclarecimento do homem comum nunca foi uma questão de doutrinação sistemática. Na verdade, a ação intelectual anarquista, embora assumindo um compromisso essencial com a libertação espiritual do povo, não se dirigia à massa abstrata, nos termos em que o propunham “aqueles que pretendiam governá-las”, como disse certa vez o teatrólogo Neno Vasco. Bem, ao contrário distanciava-se disso, ao dirigir-se concretamente aos indivíduos tomados cada um em sua circunstância, com vistas a “formar consciências, despertar energias, coordenar vontades” e sobretudo desenvolver a solidariedade (MARTINS/LUCA, 2008: p. 132).



Imagem: Edgar Leuenroth (DULLES, 1977)

É interessante notar que para alguns marxistas, o movimento anticlerical e anarquista foi considerado um movimento burguês, mas que interagiu com “a grande massa”.

[...] os anticlericais do começo do século representavam por um lado um movimento pequeno-burguês de crítica, mas por outro entroncavam em muitos aspectos vivos dos interesses e reivindicações populares, formando uma espécie de fraternidade internacional entre republicanos, maçons e socialistas, sacudida aqui e ali pela virulência maior dos anarquistas (CANDIDO, 1992: p. 28).

A partir da segunda fase do jornal de 1910 a 1914 quem tomou as rédeas das suas publicações foi o jornalista anarquista Edgar Leuenroth, este que por sua vez não era maçom. O jornal começou a ganhar um tom de um anticlericalismo mais libertário, ou seja, mais anarquista. Nesta fase observamos artigos criticando não somente a Igreja Católica, mas todas as religiões, a divulgação das Ligas Anticlericais e seus eventos continuaram.

Mesmo na fase mais anarquista do jornal o ataque direto a Igreja Católica era recorrente. Em artigos do jornal a preocupação com os paramentos usados pelo Papa e a crítica da ostentação do Vaticano é o que observamos neste artigo intitulado: *“pobreza” do Papa:*

O guarda-roupa mais rico do mundo é o do Papa. A etiqueta o obriga a usar roupa diferente em cada dia do ano, e quase todos os ornamentos que usa estão cheios de ouro e pedras (...) é para alimentar a pompa desse parasita e explorador que os pobres diabos vivem a sacrificar-se (*A Lanterna*, São Paulo, 13 de julho de 1933, p. 01).

Entretanto na terceira fase d’*A Lanterna* é que o anticlericalismo político está claramente carregado da ideologia libertária anarquista e se manifesta conforme podemos ver neste artigo intitulado: *“O nosso anticlericalismo”*:

Esse anticlericalismo, que repudiamos com asco, é instrumento de governo e de opressão, é o último refúgio dos regimes na agonia. (...) Nós não queremos consolidar privilégio algum, defender a supremacia de poder algum. Somos por todas as liberdades contra todas as opressões (*A Lanterna*, São Paulo, 13 de julho de 1933, p. 01).

Nos anos 30 do século XX os anarquistas ainda eram bem ativos e militantes. Esta militância pela via do não governo é perceptível no jornal na medida que eles deixam claro que não tem interesse em participar da política porque podem criticar abertamente qualquer tipo de governo.

Por outro lado, Edgar Leuenroth, em seu livro *Anarquismo: roteiro de libertação social*, afirma que os anarquistas tiveram, participação ativa no movimentos de caráter revolucionário de 1924, 1930 e 1932, realizando reuniões e lançando manifestos aos revolucionários e à população. Leuenroth participou também da publicação de jornais clandestinos, 5 de julho em 1924, e *A Liberdade* em 1930 (...) (AZEVEDO, 2002: p. 59).

Apesar de Edgar Leuenroth deixar claro que o foco do jornal é o ataque ao clericalismo e não a política. No entanto ele estava fazendo política, porque neste momento ele coloca a Igreja Católica como companheira do Estado, na medida em que os dois querem o controle do Estado.

Ao deixar claro que o jornal não quer fazer política ele já está fazendo política pelo simples fato de se posicionar politicamente e neste sentido o jornal *A Lanterna* tras em seu bojo um anticlericalismo político, mesmo que seja pela via negativa. É contra a política mas é a favor de um Estado sem controle e isso é um posicionamento político.

Esta contradição interna vista no jornal é perceptível neste trecho do artigo que se intitula: *Acima dos Partidos*:

Este caráter extrapartidário dá-nos também maior independência para a crítica e apreciação de todos os atos, venham de onde vierem. E todos sem esforço reconhecerão que, se nós formos uma força respeitada e unida nada temos que recear dos candidatos e governantes porventura hostis; ao passo que, se formos fracos e desunidos, nada poderemos esperar de políticos favoráveis, em face de um inimigo solidamente organizado e poderoso (A Lanterna, São Paulo, 13 de julho de 1933, p. 02).

A Lanterna da década de 30 ainda se preocupava com o Ultramontanismo e o Jesuitismo. Um dos motivos era que a educação ainda estava predominantemente sobre o jugo católico. A educação pública aos moldes laicos ainda estava longe de se proliferar pelo Brasil.

A Igreja Católica cumpria bem este papel que deveria ser prioridade do governo de um País Republicano e laico. Os anticlericais chamam atenção para isto, ou seja, da forte dependência e inter-relação entre Estado e Igreja. O jornal chama atenção para esta questão no trecho do artigo que se segue sob o título *Voltando à luta*:

O ultramontanismo corruptor age hoje no Brasil como dominador absoluto. A sua influência nefasta infiltrou-se como um vírus peçonhento por toda a parte: no âmbito familiar, devassando os lares; nas escolas tentando dominar as consciências das crianças e da mocidade; na política, transformando os templos em centros eleitoreiros, servindo-se do confessionário para arrancar votos em favor dos jesuítas de casaca; em todos os ramos da administração pública, com o fim de manejar em proveito de seus privilégios odiosos; nos centros associativos, nas esferas comerciais e industriais para explorar todas as situações, fazendo da caridade um instrumento de mercantilismo vil, colocando-se ao lado dos vencedores do momento, defendendo a ação dos potentados em detrimento dos direitos do povo (A Lanterna, São Paulo, 13 de julho 1933, p. 02).

A relação da Igreja com o Estado, no jornal *A Lanterna*, representada pelo Papa e o fascismo de Mussolini pode ser exemplificado nesta imagem:



(A Lanterna, São Paulo, 13 de julho 1933, p. 03)

Em 1933 quando o jornal *A Lanterna* retorna suas publicações não vê com bons olhos a aproximação dos Integralistas com o Governo de Getúlio Vargas, o integralismo tinha ideologias inspirada no Fascismo.

No Brasil, surgiram algumas pequenas organizações fascistas na década de 1920. Um movimento expressivo nasceu nos anos 30, quando em outubro de 1932, logo após a Revolução Constitucionalista, Plínio Salgado e outros intelectuais fundaram em São Paulo a Ação Integralista Brasileira (AIB) (FAUSTO, 2003: p. 353).

De 1933 a 1935 o jornal além dos ataques diretos a Igreja Católica e aos padres, teve um enfoque direto no Integralismo. Era comum publicar um artigo como este: “*Comício de protesto contra o integralismo*”:

Inúmeros oradores se fizeram ouvir, atacando ferozmente as mistificações de Plínio Salgado. O primeiro deles fez sentir que o povo brasileiro estava na iminência de assistir à derrocada da liberdade, com as ameaças integralistas. Acentuou que se deveria formar agora, no Brasil um movimento amplo pela democracia (...) (*A Lanterna*, São Paulo, 02 de novembro de 1935, p. 01).

Como bem observou Boris Fausto (2003) no seu livro: *História do Brasil* sobre o Integralismo, sem dúvida, o movimento em si tinha mais um conteúdo cultural do que econômico, sua ênfase estava na consciência do valor espiritual e que tinham como lema: Deus, Pátria e Família.

A religião na política estava presente neste movimento, principalmente expresso através de rituais e símbolos, o culto da personalidade do chefe nacional as **cerimônias de adesão**²⁰, os desfiles dos “camisas-verdes”, ostentando braçadeiras com a letra grega Sigma (Σ) utilizada na matemática como símbolo da somatória (FAUSTO, 2003: p. 354).

Para os articulistas do jornal este movimento provocaria um flagelo social. Em 1934 lê se no artigo intitulado: “*A Loja Maçônica Cesare Battisti-Francisco Ferrer Contra o Fascismo*”:

A Loja maçônica que com a denominação acima funciona em S. Paulo, lançou um vibrante apelo aos elementos da maçonaria brasileira, apontando o perigo a que ficariam sujeitos os homens de espírito liberal, caso o fascismo chegasse a dominar em nossa terra,

²⁰ Cerimônia de Adesão também era e é muito comum nos rituais maçônicos (KOFES, 2015).

concitando, por isso, todos à luta contra esse flagelo social (*A Lanterna*, São Paulo, 17 de maio 1934, p. 04).

Deste modo, para dar visibilidade a verve anticlerical, *A Lanterna*, em sua última fase do jornal, atacou com veemência o movimento Integralista.

2.4 – As Charges Anticlericais e *A Lanterna*

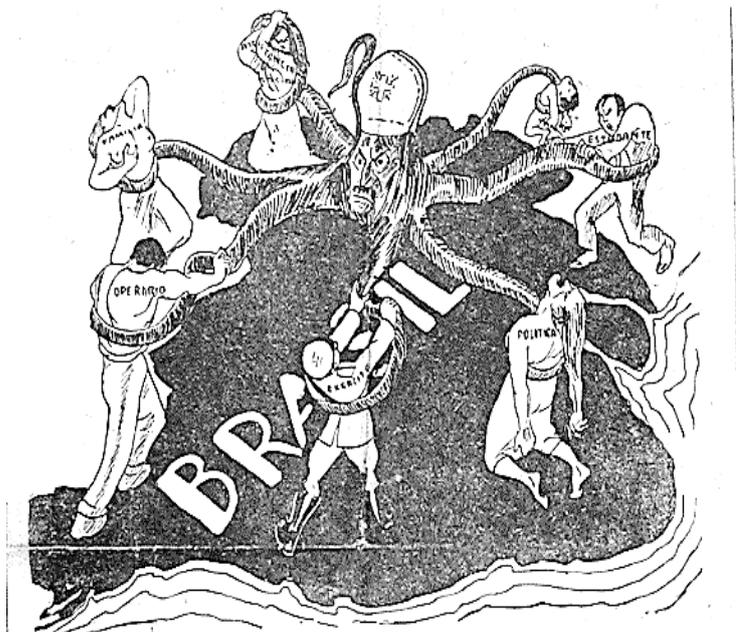
Charge, por definição é um desenho de teor humorístico ou cômico que, possuindo legenda ou não, normalmente é apresentado ou publicado em revista ou afim, se pode referir a uma situação (acontecimento) e critica as personagens que estão envolvidas nessa situação; caricatura²¹.

No jornal *A Lanterna*, são as comparações e semelhanças presentes nas alegorias que tornam as charges engraçadas, mas também e ferozmente críticas da atuação dos clérigos no Brasil.

Segundo Croatto (2010), todas as coisas podem ser constituídas simbolicamente desde que haja uma experiência humana que as constitua como tal. Este é o caráter simbólico da charge: a intervenção humana.

Procuramos demonstrar como o chargista, imbuído de uma mentalidade anticlerical, criou imagens através de símbolos e significados dando a estas imagens uma ressignificação das atitudes clericais.

²¹ A definição de Charge foi retirada do dicionário online: <<https://www.dicio.com.br/charge/>>. em 27.11.17.



Charge 01 (A Lanterna, São Paulo, 15 de junho de 1935, p. 01)

Esta charge tem um mapa do Brasil, sobre ele um polvo com olhos, boca e bigode, em cima da cabeça do polvo repousa um chapéu (no caso um paramento religioso), cada um dos tentáculos do polvo segura uma pessoa.

A imagem é uma alegoria. Mas o que nos explica que esta imagem é uma alegoria? Primeiro o polvo (animal) com olhos, boca e bigode foi humanizado, o animal é tirado do seu contexto natureza e passa para a esfera humana, isso é uma alegoria.

Mas porque essa charge pode ser identificada como anticlerical? Pelo paramento religioso em cima da cabeça do polvo, chamado de Mitra, usado por bispos e Papas (que também são bispos). Dizer que este paramento religioso é o único elemento que determina o caráter anticlerical da charge não é o suficiente, na verdade a Mitra é um elemento aglutinador que está no centro da charge e indica uma relação direta da imagem com os clérigos, o caráter anticlerical está na sucessão de fatos que passo a explicar.

O polvo tem em cada um dos seus tentáculos um homem e cada um destes homens (a estrutura física no desenho indica que são seres humanos e não animais) têm palavras escritas em seus corpos que são: Exército, Política, Estudante, Assistência Social, Família e Operário.

Cada uma destas palavras são signos-símbolo que representam, cada um ao seu modo, grupos sociais de uma sociedade, no caso a Brasileira, sabemos que é a

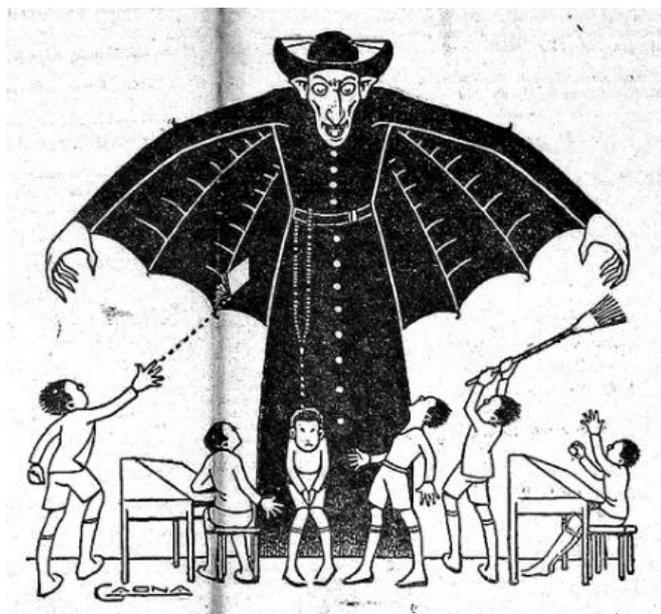
brasileira por dois motivos, primeiro pelo o mapa do Brasil em si, que tem o formato geográfico do Brasil, associado aos signos-símbolos dos homens que representam os diversos grupos sociais.

Em síntese: o signo determina o interpretante, mas ele o determina como uma determinação do objeto. O interpretante, como tal, é determinado pelo objeto somente na medida em que o interpretante, ele próprio, é determinado pelo signo (SANTAELLA, 2008: p. 25).

E o segundo sentido, é a noção de Pátria, porque o mapa neste contexto passa a ter um significado simbólico que é a Pátria, assume o sentido de nação, a partir do momento que se liga aos diversos grupos sociais.

Após a análise dos signos-símbolos representado em uma grande alegoria nesta charge podemos voltar a questão anticlerical. O clérigo é visto pelos anticlericais com um poder avassalador sobre toda a nação brasileira que toma conta de diversos setores sociais, o polvo-humanizado esmaga, controla, passa a ideia simbólica de um grande predador.

Agora passamos para outra charge.



Charge 02 (*A Lanterna*, São Paulo, 23 de agosto de 1934, p. 01)

A imagem mostra um padre gigante com os braços semiabertos com uma batina com forma de asas de morcego, as duas mãos com unhas grandes afiadas e em forma de garras, seis meninos, compõem a cena, ambientada em uma sala de aula.

O padre com unhas afiadas e em garras com batina aberta assemelha-se a um morcego e enseja um caráter símbolo por analogia, neste caso temos uma comparação externa, pois o autor da charge teve uma intencionalidade, que foi: igualar o padre a um morcego, criando uma alegoria de que o padre é um sangue suga, um animal peçonhento, a proporção do desenho do padre para as crianças também potencializa o caráter assustador que o clérigo representa, e essa atuação, supostamente nefasta se dá em uma sala de aula.

Por que podemos dizer que são meninos? Porque o signo-símbolo menino, todos de cabelos curtos, todos de calças curtas e meias, nos remete a representação da criança-masculino que temos em nossa mente como referência.

Depois de analisar a charge do padre/morcego, iremos para a próxima charge, do padre com o caixão e a senhora chorosa.



Charge 03 (A Lanterna, São Paulo, 26 de janeiro de 1935, p. 01)

Esta charge é composta por um padre que carrega um caixão em sua mão direita, a mão esquerda está cheia de moedas depositadas por uma senhora que cobre o rosto com um lenço. Embaixo da charge se lê a seguinte frase: *“Arranje-me dinheiro, pois sem pagamento adiantado não haverá missas e que seu defunto marido vá para o inferno”*.

Só foi possível identificar o padre porque ele usa paramentos típicos católicos, portanto signo-símbolo identificáveis somente por quem era católico ou conhecia o Catolicismo.

O chapéu deste padre, não é tão comum nos dias atuais pois após o Concílio Vaticano II ele se tornou facultativo, mas em 1935 (período da edição desta charge no jornal *A Lanterna*) era comum e obrigatório especificamente este tipo de chapéu para realização das missas, ele se chama **Barrete**²², também usado em procissões, preto para padres, preto com tufo violáceo para monsenhores, violáceo para bispos e vermelho para os cardeais, demonstra que o chargista tinha total conhecimento simbólico destes chapéus nas missas.

E por que o chargista queria um paramento católico (no caso o Barrete) tão específico, que era usado nas missas? Porque o diálogo do padre com a senhora logo abaixo da charge, diz que, não haveria missas para o defunto caso não houvesse o pagamento adiantado.

Esta charge (charge 03) não tem elementos metafóricos ou alegóricos, mas enseja uma questão de fundo moral, que muito provavelmente para os anticlericais seria motivo para denunciar, que era a cobrança para a realização das missas. Para um anticlerical anarquista libertário mais que a questão do lucro o que estava em questionamento era a ganancia do padre e a falta de sensibilidade com o sofrimento da pobre senhora chorosa indicado pelo signo-símbolo lenço.

²² As informações sobre os tipos de chapéus e aparato dos padres, bispos e Papa foram extraídos: <<http://ensinamentosdassagradasescrituras.blogspot.com.br/p/parametros-e-objetos-liturgicos.html>>. em 26.11.17.



— DANDO ESMOLAS A' IGREJA E SOFREDO RESIGNADAMENTE AS MISERIAS DA VIDA DE HOJE, CONQUISTAREIS A VENTURA DE ENTRAR NO CEU. —

Charge 04 (*A Lanterna*, São Paulo 12 de julho de 1934, p.01)

Outra crítica dos chargistas anticlericais pode ser observada na charge de número 04 que destaca o recolhimento de dinheiro dos religiosos com a promessa de uma futura entrada no céu por ter contribuído nesta vida com a Igreja Católica. Mesmo que para isto se passe por necessidades materiais que serão recompensadas no futuro graças as doações oferecidas ao clero que tem a obrigação de rezar pelas almas dos miseráveis.

Observamos que a charge descrita é bastante direta em relação ao recolhimento de fundos por parte dos religiosos. Seguindo na mesma esteira da crítica ao acúmulo de bens econômicos, especialmente dinheiro, a charge seguinte, número 05 nos levará a entender como era a compreensão dos anticlericais sobre o uso do dinheiro por parte dos padres.



Charge 05 (A Lanterna, São Paulo, 20 de abril de 1935 p. 03)

Esta charge, mostra um padre gordo e com um focinho, simbolizando a associação com um porco e ganancioso pois carrega um saco de dinheiro. O saco contém o símbolo do cifrão. O padre se enforca em uma árvore, este enforcamento só faz sentido porque esta cena se passa na Semana Santa, pois a edição do jornal que contém esta charge foi publicada na Semana Santa. No rodapé da imagem se lê “O Judas Moderno” completando a mensagem que a imagem quis passar. É estabelecido aqui a relação direta de quem traiu Jesus que foi Judas por dinheiro e o padre moderno como um porco quer dizer, na tradição judaico-cristã, aquele que não tem moral se chafurda na lama.

As charges d’*A Lanterna* se apropriam do objeto e símbolos de um contexto e remetem para o outro, no caso desta imagem “o porco”, o cifrão”, sozinho ou em outros contextos significariam outras coisas, mas como bem diz Santaella:

O objeto é algo diverso do signo, diversidade que o signo não pode apagar. Daí haver a determinação do signo pelo objeto e não a mera substituição. O signo não pode substituir o objeto, mas apenas estar no lugar dele e indica-lo para a ideia que ele produz ou modifica (SANTAELLA, 2008: p. 25).

A seguir outra charge com animal, neste caso é o cordeiro que na tradição judaico-cristã representa a pureza, aquele que obedece. O cordeiro é marcado como o símbolo do sigma que era o símbolo dos Integralistas e o padre é representado pela batina e o Barrete na cabeça do padre passando a mensagem que juntos domesticam o cordeiro que simboliza o povo brasileiro.

A frase embaixo da imagem completa o contexto: “*A isto pretende a aliança clérigo fascista reduzir o povo brasileiro*”. Segundo o jornal os padres apoiavam os Integralistas que tinham como referencial o fascismo Italiano.



Charge 06 (*A Lanterna*, São Paulo, 23 de novembro de 1933, p.01)

Os anticlericais em suas charges sabiam muito bem o impacto da **interpretação** destas imagens. Desta forma, as charges não tinham (e quase nunca

os tem quando carregadas de símbolos e signos) a função de “enfeitar” o jornal *A Lanterna* mas criar um cenário que eles, os anticlericais, consideravam real. Este “mundo real” construído e pragmático ressoa no pensamento de Pierce explicado aqui por Santaella:

Nessa medida, a referência do signo ao objeto não é dependente de qualquer interpretação particular. Ao contrário, é uma propriedade objetiva do signo, propriedade de auto geração que lhe dá o poder de produzir uma interpretante, quer este seja, de fato, produzido ou não. É por isso que não se pode tomar a expressão “efeito que se produz numa mente” como explicativa do interpretante, mas sim ao contrário (SANTAELLA, 2008: p. 24).

Voltando a análise da charge número 06, o povo, isto é, a sociedades brasileira, era vista como cordeiros pelos anticlericais, marcados com a letra sigma. Esta charge teve por intuito denunciar a aproximação entre Estado (Getúlio Vargas) e os Integralistas.

2.5 – A *Lanterna* e as Ligas Anticlericais

O fenômeno do surgimento das Ligas Anticlericais por todo o Brasil é até hoje pouco estudado, na Academia já temos vários trabalhos tendo o jornal *A Lanterna* como fonte primária, mas nenhum se debruçou sobre as Ligas Anticlericais expressas no jornal. Este item tem o propósito de trazer à baila as Ligas Anticlericais.

Quem dava suporte e vida para *A Lanterna* eram as Ligas Anticlericais principalmente na primeira fase do jornal e na terceira fase. O coração d’*A Lanterna* eram as Ligas, mas as razões que estão por trás do surgimento do jornal *A Lanterna* constituíram um longo processo político-social que abordamos no primeiro capítulo desta Dissertação.

Entre os elementos catalizadores para o surgimento das Ligas Anticlericais estão a questão religiosa e, portanto, aqui encontram-se em conflito a Igreja Católica e a Maçonaria.

Uma das primeiras Ligas Anticlericais brasileira, fundada em Porto Alegre foi criada em um Congresso dos Veneráveis em 1902 dizendo: “a maçonaria deve combater o clericalismo” (SOUZA, 2012: p.187).

É somente através d'*A Lanterna* que nós sabemos que existiu no começo do século XX e até meados da década de 30 Ligas Anticlericais por todo o Brasil. É possível obter maiores informações destas Ligas através do Arquivo do Estado de São Paulo pelos arquivos confiscados do Deops. Nestes arquivos encontram-se documentos produzidos por agentes do governo Getúlio Vargas que por lá estiveram investigando.

Infelizmente esta Dissertação por questão de tempo e escolhas não teve por propósito investigar os artigos do Deops com mais profundidade no que tange as Ligas Anticlericais.

A primeira Liga Anticlerical que se tem notícia, segundo a pesquisa de Antônio Cleber Rudy em *O anticlericalismo sob o manto da República*, foi fundada em Paris em 1879. A França exerceu uma grande influência sobre o Brasil, a nossa primeira Liga, ainda segundo Rudy, surgiu em 1899 em São Paulo logo outras tantas surgiram por todo o Brasil (RUDY, 2017).

As Ligas Anticlericais promoviam eventos mensais, festas, espetáculos, apresentações de peças de teatro, conferencias e contavam com muitos espectadores.

As peças de teatro tinham uma função educativa e como analisou Maria Nazareth Ferreira em seu livro: *A Imprensa Operária*: “foi o mais poderoso veículo para instruir, educar, formar mentalidades humanistas e angariar fundos” (FERREIA, 1978: p. 59).

Não obstante, valendo-se dos estudos empreendidos por Jean-Pierre Rioux a respeito da história associativa na França, no caso das associações anticlericais que emergiram no Brasil, reconhecer que tais grupos de pressão procuraram “agir sobre uma instituição já estabelecida, a instituição-alvo”, ou seja, a Igreja Católica. Logo, “é nos conflitos que a opõem à instituição-alvo” que este ativismo associativo encontraria sua coerência (RUDY, 2017: p. 25).

Em nossa análise parece que as Ligas Anticlericais ganharam novo impulso e novas motivações no Brasil no século XX na década da 30.

É o que observamos neste artigo intitulado “*A Liga Anticlerical de S. Paulo*”:

Está em reconstituição a antiga Liga Anticlerical de S. Paulo. Fundada durante o período da primeira fase d'A Lanterna, encerrou sua atividade em 1910, voltando agora a ocupar o rico posto de combate na luta contra o ultramontanismo. Antigos membros da direção da Liga Anticlerical primitiva estão procedendo ao trabalho de adaptação dos estatutos, para serem apresentados a uma próxima reunião (*A Lanterna*, São Paulo, 13 de julho de 1933 p. 04).

Muito deste alvoroço anticlerical, segundo alguns pesquisadores do período se deve a aproximação do Governo Getúlio Vargas com a Igreja. Mas o ímpeto anticlerical nesta época era a preocupação com a nova Constituição que iria ocorrer depois da “Revolução de 30”. A preocupação da “elite intelectual” com certeza se deve a possível ligação do Estado com a Igreja como era nos tempos da Monarquia, além disso a Igreja Católica continuava sendo vista, pelos olhos dos anticlericais como sinônimo de atraso e empecilho para o progresso (FAUSTO, 2003).

A euforia das ligas é percebida neste trecho do artigo sob o título de: *A Liga Anticlerical prossegue ativamente em franco progresso*” escrito por membro da Liga Anticlerical de Campinas uma das mais proeminentes:

É incontestavelmente, surpreendente e animador o despertar deste povo para mover campanha e sustar numa barreira intransponível e inexpugnável a ação nefanda e aviltante do clero, que é na mais rigorosa e insofismável expressão da palavra, o maior cancro que assola o país e que desgraça e infelicita o gênero humano. A mocidade, aqui, tem demonstrado grande disposição para levar avante a indispensável obra associativa que, ultimamente despertou com tanto entusiasmo, A Liga Anticlerical está em franca atividade. A sua sede tem sido frequentadíssima e todos, indistintamente, os que ali afluem, são incansáveis e esforçadíssimos, no cumprimento dos seus deveres (*A Lanterna*, São Paulo, 27 de julho de 1933, p. 03).

O responsável pela Liga Anticlerical de Campinas era Atílio Pessagno um anarquista, conforme consta nos arquivos do Deops, prontuário: 3748, datado de 1935.

Todavia é importante ressaltar um acontecimento que impulsiona *A Lanterna* e as Ligas Anticlericais da terceira fase. Em 1933, o Estado do Vaticano é reconhecido por Mussolini, o que para os anticlericais, representava uma ameaça, a sociedade livre. É este o foco da preocupação da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro que escreve um artigo n'*A Lanterna* com o título “*A Liga Anticlerical, a veterana organização nossa, lança brado de alerta*”:

Concidadãos! Incessantemente temos denunciado as ambições políticas da Igreja Católica, hoje transformada em Estado do Vaticano e aliada, pelo tratado de Latrão, ao Estado imperialista italiano, dirigido pelo maior déspota vivo no mundo – Benito Mussolini. Isso prova que a Igreja, como sempre afirmamos, é uma Instituição por natureza, reacionária, inimiga da liberdade de pensamento e das modernas conquistas sociais (*A Lanterna*, São Paulo, 13 de julho de 1933, p. 01).

Discutimos até agora a relação entre o jornal *A Lanterna* os seus aspectos anticlericais bem como sua influência no cenário nacional das críticas a Igreja Católica do início do século XX até a década de 30. Destacamos as várias correntes de pensamento que influenciaram as publicações do jornal *A Lanterna* do período de 1901 a 1935. Neste sentido, notamos a influência da Maçonaria e do Anarquismo sobre os argumentos contra a Igreja Católica e suas formas de pensamento, bem como a sua organização clerical.

Após estabelecermos as bases para o entendimento do movimento anticlerical n' *A Lanterna* neste capítulo, passaremos a discutir as bases morais religiosas e os desdobramentos políticos do comportamento anticlerical dos pensadores que expunham suas ideias no jornal. Deste modo o capítulo III desta Dissertação, procura articular os aspectos da origem, formação e as implicações do anticlericalismo no jornal *A Lanterna*. Assim, iremos apontar os aspectos religiosos do anticlericalismo do jornal *A Lanterna* destacados na hipótese desta Dissertação, sem esquecer dos eventuais desdobramentos em outras áreas de pensamento.

3. ANTICLERICALISMO POLÍTICO E ANTICLERICALISMO RELIGIOSO

3.1- O Anticlericalismo Político Brasileiro n'A *Lanterna*

Este capítulo pretende explicar os aspectos e a conjuntura da formação do anticlericalismo religioso e seus desdobramentos em anticlericalismo político, moral e religioso.

É importante ressaltar que além da temática anticlerical, *A Lanterna* em alguns momentos divulga eventos de cunho político como este, *Contra a Carestia da vida e a crise de trabalho – Um comício no Bom Retiro*:

O Centro Libertário de São Paulo, com grande acerto e atividade vai sustentando, por meio de excelentes manifestos, boletins e comícios, a agitação publica iniciada contra a tristíssima situação em que se encontra o povo trabalhador, entregue á mais cruciante miséria com a desocupação, agravada pelo aladroadado encarecimento dos gêneros de primeira necessidade e pelo aumento dos alugueis das casas. Novos comícios vão ser realizados pelos arredores e no centro da cidade. Amanhã, domingo será realizado um no bairro do Bom Retiro, em local e horas que serão anunciados por boletins (*A Lanterna*, São Paulo, 28 de fevereiro de 1914, p. 01).

Observamos neste trecho citado que existe uma insatisfação social que podemos constatar no aumento das dificuldades descritas pelo autor no jornal. Isto significa que há uma motivação e um movimento social em que se amplia na direção de reivindicações políticas para melhores condições de vida e bem-estar dos indivíduos. É um exemplo claro de engajamento no jornal em causas político-sociais do período.

O anticlericalismo Brasileiro até o final da década de 30 do século XX expresso no jornal *A Lanterna* passou por várias reivindicações políticas. A fase do jornal que compreende as de 1901 a 1910 desconfiava da separação da Igreja do Estado e via a população brasileira muito submissa ao “poder” da Igreja Católica. Notamos isto na discussão que envolve as Constituições Brasileiras de 1891 e 1934 porque elas abordam a temática da separação da Igreja com o Estado de maneira bastante controversa. Em outras palavras, percebemos que na Constituição de 1891

a separação entre Igreja e Estado, com as suas devidas implicações, passou a existir uma diferença entre poder clero e o poder civil.

A administração e a hierarquia do Estado tornaram-se independentes do poder da Igreja, na Constituição de 1891.

A retomada das publicações do jornal *A Lanterna* nos anos 30 após uma longa parada ressurgiu, segundo nossos estudos, como uma forma de resistência da aproximação de Getúlio Vargas com a Igreja Católica, pois em 1931 houve a oficialização do ensino religioso nas escolas públicas. O ensino religioso nas escolas foi tema de vários artigos no jornal *A Lanterna*, sempre se colocando contra, pois o ensino deveria ser laico para os anticlericais.

A pressão para uma nova Constituição fez emergir antigos conflitos entre Estado e Igreja e o Cardeal Leme nos anos 30 estava determinado a acabar com a Laicização no Estado Brasileiro. Conforme afirma no Diário Popular de São Paulo, 08 de junho de 1931.

O Decreto sobre o ensino religioso não deve ser considerado senão como uma etapa, a primeira. O que precisamos é colocar a Igreja Católica no lugar que lhe compete na futura Constituição, restabelecermos a religião do Estado, fazermos do catolicismo religião oficial, ensinada nas escolas, proclamada nas repartições. Toleraremos os outros cultos que serão permitidos. Mas a religião oficial será a católica. O Estado não será neutro. Podemos impor a nossa vontade (RUDY, 2017: p. 217).

Embora pareça uma questão legal da Constituição de 1934, existiu uma disputa por espaço religioso entre os anticlericais que defendiam uma postura laica do Estado e a Igreja Católica que queria o seu quinhão de espaço para ensinar os seus valores em Igrejas e Escolas.

Mas na Constituição de 1934 o jornal *A Lanterna* provoca uma grande polêmica ao denunciar a incorporação do ensino religioso como prática do Estado, isto caracteriza uma clara retomada do poder atemporal da Igreja que poderia determinar qual religião seria ensinada. Em julho de 1934 o jornal *A Lanterna* informou aos seus leitores que o ensino religioso foi promulgado na Constituição de 1934. Sob o título do artigo - *O Ensino Religioso Nas Escolas*:

E o ensino religioso, nas escolas passou. Sim! Porque uma vez que figura em nossa carta magna acabou-se (*A Lanterna*, São Paulo, 12 de julho de 1934, p. 02).

Ainda no mesmo artigo, o jornal pergunta como será ministrado o ensino religioso, qual religião eles irão abordar, sabendo que, segundo eles, haviam crianças oriunda de famílias com diversos credos:

[...] Mas, vamos ao caso. Figuremos aqueles alunos formando uma classe de grupo escolar da Capital – um 3º ano, ou 4º. Façamos uma conta de chegar, empregando, se preciso, um instrumento muito “bão: o olhómetro”. Esse total fica muito bem, distribuído assim:

Filhos de pais carolas.....05

Filhos de pais católicos.....10

Filhos de pais protestantes.....05

Filhos de pais espiritistas.....05

Filhos de pais de outras religiões.....05

De fato, o erro que os constituintes de 1891 souberam sabiamente evitar – com a separação entre a igreja e o Estado, não o souberam os intelectuais de após 34 anos. (*A Lanterna*, São Paulo, 12 de julho de 1934, p. 02).

Portanto, é perceptível que o ensino religioso não era visto pelos anticlericais com bons olhos suspeitavam do Catolicismo como religião oficial.

Depois de explicar esta polemica legal, passamos a examinar algumas características do anticlericalismo político que expressam de modo explícito o objetivo de ocupar o espaço político nas discussões sócias e cotidianas.

Em algumas charges e em alguns artigos, principalmente da terceira fase do jornal (década de 30 do século XX) o componente político aflora, as críticas do jornal a Getúlio Vargas se tornam ferrenhas devido a aproximação do governo Vargas com os Integralistas.

Os anticlericais que escreviam para *A Lanterna*, associavam o movimento Integralista com o Fascismo de Mussolini na Itália, conforme abordamos no capítulo II no item Anticlericalismo e os Anarquistas relacionado a Igreja com associação direta aos dois movimentos.



(*A Lanterna*, São Paulo, 23 de novembro 1933, p. 03)

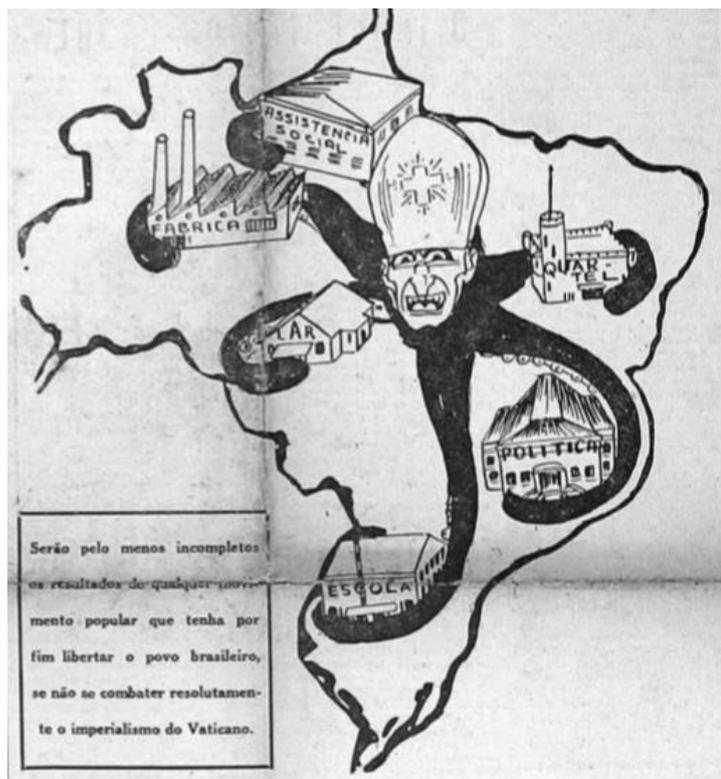
Na terceira fase do jornal *A Lanterna*, o anticlericalismo político se mostrou mais latente. Os anticlericais do jornal criticaram o movimento Integralista o relacionando como o Fascismo da Itália.

Recordemos aqui o que abordamos no Primeiro capítulo desta Dissertação sobre as categorias de anticlericalismo.

O que investigamos no jornal *A Lanterna* são as categorias de anticlericalismo, neste item voltamos o nosso olhar para o anticlericalismo político.

O anticlericalismo d'*A Lanterna* apresenta várias nuances e é isto que estamos demonstrando nesta Dissertação.

Quando o jornal relaciona Estado com Igreja, isto é, tenta mostrar através de charges ou artigos a influência, segundo o jornal, nefasta da Igreja Católica na medida em que ela se apropria de Instituições públicas, neste momento, o jornal *A Lanterna* tem uma verve política.



(A Lanterna, São Paulo, 01 de junho de 1935 p. 01)

Na legenda junto da imagem lemos: “Serão pelo menos incompletos os resultados de qualquer movimento popular que por fim libertar o povo brasileiro, se não combater resolutamente o imperialismo do Vaticano”.

A charge acima sugere a interferência política da Igreja Católica, o povo (representando a Igreja Católica) abraçando Instituições como: Escola, Fábrica, Quartel, Lar e Assistência Social. A charge faz uma crítica da relação próxima da Igreja com o Estado.

O jornal *A Lanterna* procurou deixar claro que não defendia ou fazia propaganda do Nazismo ou do Fascismo. Recusando inclusive qualquer texto que tivesse conotação nazista ou que promovesse o anticlericalismo nacional socialista.

Tem chegado ultimamente a redação de *A Lanterna*, enviados por amigos e companheiros da luta anticlerical em que estamos empenhados e na qual dispêndemos uma boa soma das nossas energias, muitos recortes de jornais com anotações as mais diversas notícias sobre **as perseguições ao clero católico na Alemanha nazista**.

Algumas das observações feitas as referidas notícias chegam mesmo a confundir o nosso anticlericalismo com essas manifestações da

tirania hitleriana, ou pelo menos, pretendem reforçar a nossa campanha com esses fatos passados na pátria das Walkirias, onde a lenda, a fantasia, o exotismo literário e a exaltação nacionalista servem de base, agora a um movimento racista que tem todas as características de exacerbação de um misticismo que toca as raias da loucura.

Embora esses amigos o façam com a melhor das intenções, no intuito de servirem a causa do anticlericalismo, devemos, entretanto nos manifestar pela errônea interpretação que dão as finalidades da publicação de *A Lanterna*.

Não desejamos ser confundidos. **Entre o nosso anticlericalismo e as perseguições aos padres na Alemanha nazista há um abismo**²³. (*A Lanterna*, São Paulo, 10 de agosto de 1935, p. 01).

Este trecho demonstra que os anticlericais não aceitavam os ataques perpetrados pelo misticismo ocultista germânico ao clero porque combatem tanto o movimento místico ocultista alemão quanto o clero católico. Ou seja, substituir uma religião por outra não é o objetivo do anticlericalismo político, o que eles desejavam era acabar com o clericalismo Brasileiro.

3.2 – O Iluminismo n’*A Lanterna*

No primeiro capítulo desta Dissertação abordamos as categorias de anticlericalismo. O anticlericalismo além do conceito que pode ser datado ou não, pois ele se modifica no decorrer dos anos e dos séculos, também pode se dividir em categorias. São nas categorias de anticlericalismo que podemos analisar a especificidade da sua atuação.

O movimento anticlerical que analisamos no Brasil da virada do século XIX para o século XX no jornal *A Lanterna* foi determinado pelo contexto histórico do período. A *Questão Religiosa* que envolveu maçons e católicos no final do século XIX, conforme abordamos no Primeiro Capítulo estava imbuída do espírito Iluminista e Positivista.

No discurso do jornal *A Lanterna* existem elementos iluministas que fundamentam o anticlericalismo brasileiro. Isso significa, uma intensa influência do Iluminismo Francês sobre os escritores do jornal que acreditavam nos pilares da Revolução Moderna. Isto implica no modo como aparece o anticlericalismo no jornal

²³ Grifo nosso.

A Lanterna. Ao lermos o jornal notamos que diferentes escritores apresentam argumentos fundados na ideia de progresso Auguste Comte (1798-1857), liberdade de expressão (Revolução Francesa), o progresso da ciência e a superação da religião vigente. Segue como exemplo o artigo assinado por Benjamim Mota, com o título *A Lanterna – Aos amigos conhecidos e desconhecidos*:

[...] Aos amigos conhecidos e desconhecidos, apesar d'A Lanterna reaparecer sob a direção de um grupo de companheiros de lutas, porque outros afazeres não me permitem estar a sua frente, eu venho pedir todo o apoio para a folha que, pelo seu passado tradicional, representa o maior esforço que já se fez entre nós para dar combate ao obscurantismo e aos inimigos do **progresso**²⁴ e da liberdade de consciência (*A Lanterna*, São Paulo, 17 de outubro de 1909, p. 01).

O anticlericalismo expresso no jornal *A Lanterna* fundamentou-se nestes aspectos descritos anteriormente para realizar um ataque direto ao estatuto religioso da Religião Católica do início do século XX. O objetivo era iluminar as mentes dos indivíduos que outrora estavam sob o jugo do Papado de Roma e sem liberdade de expressão. É nítido o movimento de ataque a religião Romana representada pela hierarquia da Igreja Católica que, segundo os anticlericais, deturbou a mensagem original do Cristo colocando os valores terrenos à frente dos valores espirituais. Embora pareça uma crítica em busca de uma religião verdadeira a postura iluminista destes anticlericais é a tentativa de destruir a Igreja Católica.

A filosofia positivista, gerada na Revolução Francesa, se espalhou com mais intensidade no século XIX e começo do século XX, na França, Portugal e Brasil.

O positivismo saiu da França influenciou intelectuais portugueses que por sua vez trouxeram seus pensamentos ao Brasil. Podemos observar isto em um trecho que segue:

Nos desenvolvimentos provenientes do racionalismo das Luzes acabou por se elaborar uma doutrina em que convergem os ideais da razão científica, com a convicção da inevitabilidade do progresso humano e da evolução universal. É a filosofia positivista que, sobretudo na sua formulação francesa, não tardou a ser conhecida e a interessar numerosos intelectuais portugueses, a partir da década de sessenta do século XIX (ABREU, 2004: p. 40).

²⁴ Grifo nosso.

No que concerne ao progresso (Comte, 1798-1857)²⁵, os anticlericais utilizaram abertamente o ideário do Positivismo Europeu para denunciar o atraso e a obscuridade da Igreja Católica Romana.

Podemos observar esta influência positivista no artigo que segue:

[...] Século e meio depois de Voltaire e dos enciclopedistas mais de cento e vinte anos depois da Grande Revolução, tão glorificada pela democracia universal, ainda subsiste aquela demência religiosa. Os próprios burgueses, cujos avós volterianos guilhotinaram os sacerdotes, acham hoje conveniente uma religião para o povo. São volvidos quarenta anos desde o dia em que a monarquia chamada liberal e libertadora da Itália penetrou em Roma, tirando ao papa o seu poder temporal. E agora, essa monarquia e o papado reconciliaram-se com a matança de muçulmanos tripolinos. A dominação clerical estende-se pelo mundo, hoje mais do que nunca. As republicas americanas incluindo a republica positivista e católica do Brasil são um Eldorado para os polvos clericais (*A Lanterna*, São Paulo, 19 de dezembro de 1914, p. 02).

No início do século XX o jornal *A Lanterna* encampou este ideário ao defender a separação completa e irrestrita entre os poderes religiosos e os poderes civis. No Brasil observamos este movimento no final do século XIX e início do século XX, conferindo um certo triunfo ao movimento anticlerical.

Outro aspecto importante é a influência do ideário científico emergente no século XIX e XX que permitiu novas explicações sobre aspectos da vida que outrora eram controlados pela Igreja Católica. No jornal *A Lanterna* os aspectos do avanço da ciência estão relacionados diretamente com o cotidiano da vida das pessoas. Observamos vários exemplos nos quais os escritores anticlericais denunciam a Igreja Católica como contrária ao avanço das descobertas científicas e da aplicação destes conhecimentos na vida diária dos indivíduos.

Deste modo, o movimento anticlerical presente no jornal *A Lanterna* traz em seu bojo fortes componentes Iluministas. Isso pode ser observado em diversos números do jornal, e conforme apresentamos anteriormente certas variações são possíveis, mas o objetivo é sempre o mesmo denunciar e afrontar a Igreja Católica. Com efeito, o pensamento anticlerical presente no jornal *A Lanterna* sob diferentes aspectos é um desdobramento do movimento Iluminista Europeu que se iniciou no século XVI e caminhou até eclodir na Revolução Francesa do século XVIII, e

²⁵ Para maiores esclarecimentos sobre o positivismo indicamos: COMTE, Augusto. *Discurso sobre o Espírito Positivo*, São Paulo: Edipro, 2016.

perpetuou-se pelo mundo chegando com força ao Brasil na segunda metade do século XIX e início do século XX.

Portanto, encontramos as raízes do pensamento anticlerical brasileiro presente n'A *Lanterna* ancorado nos desdobramentos de um movimento revolucionário que começou no século XVI com a revolta protestante e se ampliou por toda a Europa passando por pensadores como Voltaire (1694-1778)²⁶, Auguste Comte (1798-1857) e os enciclopedistas franceses Dalabert (1717-1783) e Diderot (1713-1784).

Destacamos agora uma referência explícita do que remete ao período iluminista para explicarmos o surgimento de um novo tipo de religião fundada no racionalismo e no saber científico.

Criou-se assim o mito da irreligiosidade do Século das Luzes, quando, na verdade, o que se tem é um novo ideal de fé, uma nova forma de religião, com a presença de uma problemática religiosa mais profunda, por um lado, e simultaneamente, o nascer das ciências religiosas, a reformulação da religiosidade em bases diversas das tradicionais (FALCON, 1982: p.127).

Observamos uma clara forma de expressão de uma nova religião que descarta os postulados da religião antiga para colocar no lugar a tal religião positiva. Isto significa, um crescente número de autores e pensadores que professam essa crença racional objetiva.

Além disso, os pilares do anticlericalismo europeu permitiram o surgimento dos representantes do ateísmo moderno: Freud (1856-1939), Marx (1818-1883), Schopenhauer (1788-1860), e Nietzsche (1844-1900). Observamos no jornal *A Lanterna* que estes argumentos anticlericais e ateístas modernos estavam expressos de diferentes formas, sobre outras vestimentas, mas com o mesmo intuito, o destruir a Igreja Católica

E este ateísmo moderno foi refletido em obras como por exemplo de Emilio Zola, citado em diversos artigos do jornal *A Lanterna*, como este sob o título de Emilio Zola:

²⁶ François Marie Arouet Voltaire foi um dos maiores críticos e anticlericais, escrevendo a famosa sátira chamada: *Candido* ou *O Otimismo* (cf. MORA, F. 2004: p. 3041).

Há oito anos, no dia 29, o telegrafo no feroz laconismo de um despacho nos anunciava a tua morte, oh! Mestre imortal que ainda hoje choramos (*A Lanterna*, São Paulo, 24 de setembro de 1910, p.01).

Deste modo, a influência do Iluminismo Francês que nos foi legado pelos escritores, anticlericais e intelectuais Portugueses influenciaram na formação e desenvolvimento do jornal anticlerical que pesquisamos nesta Dissertação. É importante mencionar também o número de indivíduos que beberam diretamente na fonte do anticlericalismo Francês quer por estudar em universidades Francesas ou por lerem textos dos próprios Franceses.

Portanto, destacamos aqui a influência do Iluminismo Francês sobre o anticlericalismo brasileiro para seguirmos adiante e apontarmos as implicações na conduta moral exposta pelos autores do jornal anticlerical *A Lanterna*.

3.3– A Moral Anticlerical n’*A Lanterna*

Queremos enfatizar agora os aspectos anticlericais do jornal *A Lanterna* que apontam a falta de moral dos clérigos. Inicialmente precisamos definir o que é moral. Usaremos como definição a de Cícero (106-43 a.C.) que afirmou ser a moral o costume de um determinado povo: “costumamos chamar esta parte de filosofia dos costumes” (apud. MORA, 2004: p. 2011).



(A Lanterna, São Paulo, 04 fevereiro de 1911, p. 01)

Parece contraditório dizer que o anticlericalismo, mais especificamente o anticlericalismo brasileiro teve uma moral intestina, mas conforme constatamos no jornal *A Lanterna*, o tema de vários artigos questiona a moral da Igreja Católica, para que isso ocorresse entendemos que existiu um modelo de moral ao qual os articuladores do jornal consideravam como a certa ou a ideal.

A Lanterna (...) uma folha religiosa, integrado em um universo maniqueísta (...) A insistência na temática das relações sexuais proibidas ou perversas não é outra coisa senão a projeção dos impulsos de um grupo **marcadamente puritano**.²⁷ O padre impuro recebe o anátema libertário através de uma simbologia sexual permeada de alusões sádico-devoradas (FAUSTO, 1986: p. 84-86).

Percebemos que a referência apresentada nos traz dois aspectos fundamentais:

Primeiro, o maniqueísmo que é a oposição entre bem e mal, é um modo usado por diversos grupos religiosos para apresentar seus interditos e valorizar a sua

²⁷ Grifo Nosso

doutrina. É importante ressaltar que a Igreja Católica não é maniqueísta e que ao acusar os clérigos de tal prática os escritores do jornal tinham por intuito partir de casos isolados e estender a todo o Clero.

Segundo, percebemos a denúncia dos anticlericais acerca do puritanismo que limitaria a ação humana e transformaria todo o contato sexual em pecado. No jornal podemos notar a insistência dos autores em apresentar escândalos sexuais e cobrar dos clérigos uma atitude moral. Isto significa que os anticlericais tinham restrições severas à conduta libertina de alguns religiosos.

O comportamento sexual ou sensual dos padres se tornou tema recorrente, quase como uma fixação dos anticlericais em pesquisar e escrever artigos sobre esta temática, Abreu ao escrever sobre os Anticlericais destacou esta questão:

É frequente ver-se nas manifestações anticlericais a insistência em pontos negativos da vida de algumas figuras do clero, com especial incidência em matéria de comportamento sexual (ABREU, 2004: p. 29).

Artigos que expunham a pedofilia²⁸ dos padres brasileiros eram recorrentes, mas também eram comuns artigos falando da conduta dos Padres em outros Países como Portugal, México e França. A seguir um trecho de um artigo que remete aos padres franceses, sob o título *A Criminalidade Clerical*:

Não de ser interessante a estatísticas das condenações decretadas pelos tribunais franceses, durante o ano de 1900, contra padres, frades, freiras e aderentes. Os crimes em maior número, perpetrados por semelhantes personagens, são os atentados contra o pudor de menores nas casas religiosas (*A Lanterna*, São Paulo, 19 de dezembro de 1914, p. 02).

Os anticlericais do jornal *A Lanterna* diziam que a moral da Igreja estava corrompida, isso era justificada pelas diversas denúncias vindas de várias partes do Brasil. Porém, diversas denúncias não significavam que o clero Brasileiro em seu todo imoral.

Com efeito, saber o que é moral ou não constituiu uma tarefa bastante complicada. Ao que parece os autores anticlericais possuíam alguns princípios que

²⁸ O termo pedofilia não era usual no começo do século XX, somente inserido como categoria criminal no século XXI.

lhes davam plena certeza acerca do que é uma conduta moral. Apontamos alguns problemas que merecem destaque sobre a pergunta da moral:

Em que consiste em ser moral? É possível ser moral? Deve-se ser moral? ... A resposta parece óbvia deve-se ser moral ou fazer o justo. Contudo tão logo se procura uma razão que explique por que se deve ser moral, surge toda espécie de dificuldade. Trata-se de dificuldades inerentes ao fundamento da moralidade (MORA, 2004: p. 2011).

Conforme observamos é um tanto complicado definir uma atitude como moral ou imoral, conforme mostramos anteriormente ao definir a moral como um costume ou hábito. Podemos usar esta referência para considerar uma atitude moral ou imoral. Os anticlericais do jornal *A Lanterna* por vezes denunciaram atitudes que não podem ser simplesmente ignoradas, pois o clero é composto de seres humanos que possuem livre arbítrio e que escolhem tomar uma atitude de acordo com os costumes morais ou contrárias aos costumes morais.

Para exemplificar uma atitude que podemos chamar de imoral iremos apresentar em seguida o desaparecimento de uma menina do Orfanato Cristóvão Colombo, localizado na cidade de São Paulo, no ano de 1910, abordado pelo jornal *A Lanterna*.

De certo que o Caso Idalina, a menina que sumiu de um orfanato, que segundo os anticlericais no jornal *A Lanterna*, foi fruto de um estupro seguido de morte por um padre Scalabrino foi o artigo que ajudou os anticlericais a divulgar a ira contra a Igreja.



(*A Lanterna*, São Paulo, 03 de dezembro de 1910, p. 01)

O caso Idalina, explorado pela *A Lanterna*, foi analisado em seus detalhes na pesquisa de Wlamir Donizete de Souza em seu livro: *Anarquismo, Estado e Pastoral do Imigrante – Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o Caso Idalina*:

Em meio a essa bibliografia específica sobre os scalabrinianos, surge a lembrança do Caso Idalina. Nele, os anticlericais e anarquistas acusaram o superior dos Missionários de São Carlos, scalabrinianos, no Brasil, Padre Faustino Consoni, de assassinar Idalina, órfã aos cuidados do orfanato da Congregação de São Paulo. Isso depois de ela ter sido estuprada pelo padre scalabrinianos Conrado Stefani (SOUZA, 1999: p. 20).

Em várias edições, o caso se tornou manchete, claro que outros jornais também exploraram o escândalo, mas com certeza para os anticlericais d'*A Lanterna* havia um propósito maior que era motivar a população contra a Igreja.

[...] o desaparecimento da menor Idalina, interna do Orfanato Cristóvão Colombo (São Paulo), deu origem a uma história cheia de mistérios, em que dois padres eram os principais suspeitos dessa trama, que, alimentava de rumores, envolvia estupro, assassinato e ocultação de cadáver. Sem demora, tudo isso deu novos ares à causa anticlerical e à ofensiva anarquista (RUDY, 2017: p. 168).

O caso Idalina, com o tempo perdeu seu lugar de destaque no jornal pois as acusações nunca foram comprovadas, mas com certeza arranhou a imagem da Igreja Católica no Brasil por causa da exploração da imprensa seja pela *A Lanterna* e por outros jornais, mas o jornal também se desgastou com o caso, pois a não comprovação dos fatos de certa forma levou-o ao descrédito.

Com efeito, definir se uma atitude está de acordo com a moral da Igreja Católica ou não parece ser uma constante entre os anticlericais do jornal *A Lanterna*. Conforme afirmamos anteriormente ao usarmos a definição de moral proveniente de Cícero (106-43 a.C.) é muito difícil determinar ou julgar as ações humanas simplesmente observando a aparência dos fatos. Conforme os anticlericais apontaram existiram crimes e imoralidades que foram negligenciados pelos clérigos ou até mesmo praticados por estes e que não tiveram a devida punição. Contudo, o caso Idalina apresentado como exemplo não chegou a uma conclusão definitiva permanecendo em aberto e com vários questionamentos não respondidos.

Assim, abordamos a questão da moral para os anticlericais do jornal *A Lanterna* com a intenção de mostrar quão difícil é esta temática e como havia uma certeza do conhecimento da verdadeira moral por parte deste anticlericais. Em seguida caminhamos para a discussão do anticlericalismo religioso que além de questionar o, contudo dos costumes dos clérigos quer abordar a forma como estes viviam a religião e os ensinamentos de Cristo.

3.4 – O Anticlericalismo Religioso n’A *Lanterna*

Após discutirmos o anticlericalismo político, a influência do Iluminismo na formação dos anticlericais e a crítica à moral dos clérigos, passamos a abordar o que chamamos de anticlericalismo religioso.

Nas várias formas que aparece no jornal *A Lanterna* o anticlericalismo possuía tonalidades distintas. Ao chamarmos de anticlericalismo religioso estamos assumindo a definição dada por Abreu (2004) que denominou o comportamento religioso de alguns anticlericais do jornal e do período histórico estudado de anticlericalismo crente que considero nesta Dissertação como anticlericalismo religioso. Percebemos tal definição no trecho que segue:

[...] é preenchida por críticas ao comportamento dissoluto e materialista dos clérigos, na medida em que se mostram indignos de alta dignidade de que foram investidos, e contradizem as exigências da fé e moral cristãs. É o **anticlericalismo crente**²⁹ e na sua expressão mais pura e construtiva, anticlericalismo suscitado pela fé e pelo profundo apego aos mais elevados valores do cristianismo (ABREU, 2004: p. 16).

Com efeito, a definição apresentada por Abreu nos mostra uma das facetas do anticlericalismo. No jornal *A Lanterna* este anticlericalismo religioso se apresenta em vários artigos escritos muitas vezes por maçons, livre pensadores, espíritas e maçons anarquistas.

Sobre o anticlericalismo protestante e o anticlericalismo maçônico, conforme citado por Abreu (2004), enquadrados também ambos no anticlericalismo religioso

²⁹ Grifo nosso.

porque entendemos que os dois são religiões. Além disso, entre os maçons, presentes no jornal *A Lanterna*, muitos são espíritas.

O objetivo destes anticlericais era claramente substituir a religião católica, que estava deturbada, pelos “verdadeiros” ensinamentos da religião cristã. Isto explica os constantes ataques aos modos de expressão e estruturação da religião católica bem como a crítica feroz aos clérigos.

Estas características apresentadas e respaldadas por Abreu (2004) demonstram a pluralidade do jornal *A Lanterna* e ao mesmo tempo nos apresentam o objetivo principal que era destruir as imposições da Igreja Católica que estavam desviando os fiéis dos ensinamentos de Cristo. Observamos isto em muitos artigos d’*A Lanterna* bem como percebemos também que um dos pontos centrais da ofensiva anticlerical era combater os dogmas da Igreja Católica.

Um dogma para a Igreja Católica e para seus fiéis significa uma verdade de fé revelada por Deus conforme apontam as escrituras “O Senhor é o mesmo ontem, hoje e eternamente” (Hb 13. 8). Isso significa que um dogma³⁰ para a Igreja Católica não pode ser alterado ou revogado, por um motivo simples, Deus não está sujeito a mudança.

Em seguida seguem alguns exemplos de como o jornal *A Lanterna* abordava os dogmas da Igreja, sempre de uma forma pejorativa.

No artigo sobre Eucaristia na Áustria, intitulado *Congresso Eucarístico* lê-se:

Que é eucaristia? A descida do verdadeiro Deus á hóstia consagrada, durante a celebração da missa. Portanto **um dogma**, um mistério que é posto pela Igreja fora de quaisquer discussões. E é por esse dogma que houve manifestação em Viena (*A Lanterna*, São Paulo, 02 de novembro de 1912, p. 02).

Artigo Título: *O que vai pelo mundo:*

[...] O ilustre propagandista fantasiara também um diálogo, no tribunal celeste, entre ele e Deus, que o mandava atirar ao inferno, por ele não crer nos **dogmas religiosos**³¹, e que logo em seguida mandava distribuir harpas de bem-aventurados ao Dr. Crippen (...), Jack o

³⁰ O magistério da Igreja empenha plenamente a autoridade que recebeu de Cristo quando define dogmas, isto é, quando, utilizando uma forma que obriga o povo cristão a uma adesão irrevogável de fé, propõe verdades contidas na revelação divina ou verdades que com estas têm uma conexão necessária (Catecismo da Igreja Católica, 2000, p. 36).

³¹ Grifo nosso.

Estripador e outros grandes criminosos cheios de religião e de respeito pelos dogmas (*A Lanterna*, São Paulo, 28 fevereiro de 1914, p. 03).

Artigo Título: *Peregrinação*:

E, no entanto, Roma quer e julga possível que ainda hoje, quando a ciência avança numa carreira tão vertiginosa que arrasta consigo a própria Igreja. Todos os cérebros lhe resignem as suas convicções. Obcecada pelo ardente desejo de dominar, não tem a serenidade precisa para poder ver que, em quanto o **dogma** vai recuando aterrado pelos fulgores do raciocínio humano nem uma só das sementes lançadas a terra pelo trabalho consciente e pelo estudo deixou ainda de frutificar (*A Lanterna*, São Paulo, 08 de fevereiro de 1913, p 01).

Após demonstrar as críticas dos anticlericais do jornal *A Lanterna* aos dogmas da Igreja Católica partimos agora para duas ilustrações do jornal que expõem Jesus como um ser humano de carne e osso ora raivoso com a Igreja por conta das atitudes do clero, ora Jesus como um homem do povo relegado pela própria Igreja.



Viu-se na tela um cristo em fúria

Expulsando da igreja os cristãos a chicote
E expulsando do altar o papa a pontapés!

(*A Lanterna*, São Paulo, 20 de abril de 1935, p. 01)

As imagens e artigos que se referem a Jesus são sempre para atacar a Igreja Católica. O cristo apresentado pelo jornal é um cristo explorado pela Igreja.



(A Lanterna, São Paulo, 03 de agosto de 1933 p. 01)

Segundo Rudy (2017), no ocidente especialmente nos países de origem latina, nos quais a Igreja Católica exerceu influencia, observamos a imagem de um Cristo humanizado, muito próximo de um homem cotidiano que em alguns casos foi caracterizado como um revolucionário.

Não obstante, tanto no cenário internacional quanto no Brasil, paulatinamente, viu-se ganhar força simbólica a defesa de um cristianismo primitivo, ou melhor, de um **Cristo humanizado**³², revolucionário e libertário, que divergia da imagem do “Cristo de que falam os padres, e a quem por fim divinizaram, para poderem comer e dominar à sombra do seu nome Assim, nas campanhas anticlericais, a figura de Jesus converteu-se em símbolo da exploração clerical (RUDY, 2017: p.157).

Outro exemplo disso encontramos no jornal *A Lanterna* de 1935 que expôs uma aproximação de Cristo com os ideais da Revolução Francesa que purificaria a Igreja Católica de todos os seus males. Sobre Jesus, disse o jornal:

³² Grifo nosso.

[...] Veio Jesus ao mundo, predestinado a modificar-lhe a crença implantando entre os homens a religião da paz, do amor e da bondade, a religião da liberdade, igualdade e da fraternidade (*A Lanterna*, São Paulo, 02 de novembro de 1935 p. 03).

Além disso, podemos observar que autores contemporâneos como Scruton (2017) apontam os limites da Revolução Francesa e do comportamento ofensivo diante da Igreja Católica por pensadores que querem substituir a religião católica pela sua religião. Isto significa, que o ideário de impor uma religião com aspectos científicos e racionais está presente em nosso meio e se caracteriza como um tipo de anticlericalismo moderno.

O processo de secularização não se contentava mais em apenas sustentar as antigas instituições. Elas deveriam ser destruídas e substituídas por mecanismos funcionais, feitos exclusivamente pelo homem, os quais satisfariam as necessidades de uma sociedade que havia se livrado dos grilhões do dogma religioso (SCRUTON, 2017: p. 167).

Observamos que os anticlericais do jornal *A Lanterna* pretendiam se livrar do dogma religioso e colocar uma religião que expressasse verdadeiramente os princípios cristãos fundamentada nos pilares do Iluminismo e da Ciência emergente. Portanto, havia um ideário e um programa que passava pela superação da religião católica até alcançar a “verdadeira” religião na qual eles acreditavam.

Retomamos aqui os atores sociais da *A Lanterna*, para demonstrar que estes atores sociais, antes das suas opções políticas, eram “homo religiosus” e, portanto, ao apontarem os “defeitos” e vicissitudes dos clérigos estariam fazendo isso pelo olhar de sua perspectiva religiosa.

Quando apontamos que os articulistas do jornal eram “homo religiosus” afirmamos que ao subjaz o anticlericalismo d’*A Lanterna*, pois o jornal era composto por homens e mulheres que participavam ativamente de outras religiões e havia um conflito muitas vezes ideológico e de ocupação de espaço que entrou em choque com a Igreja Católica. No caso dos participantes estamos nos referindo a: Maçons, espíritas, livre pensadores (que também podem ou não englobar as duas opções anteriores) católicos e padres afastados.

Conforme abordado no item sobre a moral queremos retomar o caso Idalina para ressaltar que houve uma batalha religiosa em torno do acontecimento. Destacamos o envolvimento de ateus, maçons, crentes etc. Isto significa que há um

anticlericalismo religioso envolvendo este fato, ou seja, existem elementos que embasam o embate entre diferentes confissões, e o que implica em uma discussão de fundo religioso.

Apesar de ter empreendido pela imprensa outras campanhas anarquistas contra o clero, a que mais se evidenciou em São Paulo e se prolongou foi o Caso Idalina, caracterizado por alguns como **fomentador de batalha religiosa**, causando uma **tensão generalizada pela sociedade, que envolvia crentes e ateus**³³ em meio a um debate que tinha por alvo a liquidação do outro, tido e reafirmado publicamente como inimigo, ou seja, a única resposta possível a esse caso era a morte do padre envolvido, o que simbolicamente remeteria ao sepultamento moral da Igreja, ou ao dos anarquistas, ou seriam tidos então como caluniadores e indignos de qualquer tipo de confiança social ou individual (SOUZA, 1999: p.172).

Outro exemplo que encontramos em nossa pesquisa no jornal *A Lanterna* é o caso da comparação entre os rituais católicos e a macumba. Neste sentido a macumba é vista com tom pejorativo assim como a Igreja Católica.

É o que observamos neste artigo intitulado: *Chega de Macumba! A obra mistificadora dos padres em Chora- Menino – Santa Terezinha como instrumento de suas cavações*:

O povo padresco está fazendo correr, entre os frequentadores da Igreja da Santa Terezinha, do alto de Sant'Anna, um abaixo assinado a fim de conseguir a substituição do nome de Chora- Menino pelo de Santa Terezinha(...). Para trás, tartufos! Quereis fazer do alegre baixo Chora-Menino o que haveis feito com a Penha? Pretendeis transformar o comércio desta zona em balcão das relíquias e pantominas sacras: cabeças, braços, pés, mãos, pernas, velas e bonecos de cera? Quereis transformar o Chora Menino num depósito de material capaz de deslumbrar qualquer feiticeiro? Não; chega de **Macumba!** (*A Lanterna*, São Paulo, 09 de fevereiro de 1935, p. 01).

Analisando os arquivos do Deosp³⁴ que hoje se encontram no Arquivo do Estado de São Paulo, no prontuário de Edgar Leuenroth³⁵ Número 122, parte 01 foi possível localizar uma lista feita de próprio punho do Edgar Leuenroth com a informação de qual religião pertenciam os assinantes do jornal *A Lanterna*, ele

³³ Grifo nosso.

³⁴ DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social - 1924 até 1954.

³⁵ Editor d'A Lanterna na segunda e terceira fase do jornal.

estabelece ligação entre o nome do assinante com a sua religião: Protestante, Espírita, Maçom, Ateus, Livres Pensadores.

Esta lista é muito importante para nós entendermos que havia uma preocupação a qual religião pertenciam os leitores d'*A Lanterna*. O documento demonstra que há uma pertença religiosa dos assinantes do jornal *A Lanterna*.

Depois de demonstrar por meio deste documento que havia uma pertença religiosa dos assinantes do jornal *A Lanterna* passamos a demonstrar agora alguns exemplos, iniciando por um artigo que aborda o Budismo como uma das maiores religiões do mundo. Sob o título *A Moral*:

Ensina-se a moral nas escolas e no seio das famílias, mas a moral que se ensina, depende das religiões, e sendo o **budismo** a religião mais espalhada pelo mundo, poderia concluir-se que a melhor moral é a que tem mais adeptos. Não é isto exato (*A Lanterna*, São Paulo, 22 de fevereiro de 1904, p. 02).

Chama-nos também atenção a preocupação da intolerância religiosa, sugerindo a falta de respeito com outras religiões, no caso da Protestante, deixando claro que a intolerância religiosa só existe por causa da incitação dos padres (no artigo a seguir os padres são referidos como os sataínas³⁶ negras e abutres) sob o título de *A Lanterna em Pinda – A intolerância religiosa*:

[...] levam a sua intolerância religiosa ao ponto de não permitirem vidraças inteiras no templo protestantes da cidade! Destroem-nas sistematicamente, para demonstrar, não a religião, mas o atraso em que ainda estão. (...) os sataínas negras, abutres daninhos e insaciáveis, responsáveis por tudo de mau que há no espírito humano. Com o seu exemplo nefasto, com as suas prédicas intolerantes, induzem os bem-aventurados pobres de espírito a praticar atos completamente inversos aos atos do próprio Cristo, sempre regidos pela humildade e doçura (*A Lanterna*, 23 de novembro 1933, p. 02).

A confissão foi outro tema abordado pelos Lanterneiros, denominação que eles mesmo se referem. O jornal explica que a confissão foi uma coisa inventada pela Igreja mais especificamente pela *seita jesuítica* que por isso não deveria ser obrigatória.

³⁶Sotaina: espécie de hábito que os eclesiásticos vestiam por baixo da capa, batina de sacerdote católico, extraído: <<https://www.dicio.com.br/>>.

Os anticlericais do jornal ao tacharem os jesuítas como “seita”, tinham intenção de dizer que os jesuítas não eram verdadeiros religiosos e sim um grupo apartado é o que observamos no trecho do artigo *A Confissão*:

A confissão não foi instituída por Jesus Cristo nem pregada pelos apóstolos. Foi inventada pelo clero com o fim de se engrandecer, dominando por este meio as consciências; e ninguém realizou tanto a preceito este desígnio como a ignóbil **seita jesuítica**³⁷ (*A Lanterna*, São Paulo, 24 de março de 1901, p. 01).

Seguindo um pouco mais, neste mesmo artigo: *A Confissão*, encontramos um trecho que afirma que religião católica não é a religião de Cristo. Portanto, os anticlericais, que escrevem para o jornal, ora anarquistas ora maçons (ou os dois juntos), entendiam que existem religiões e neste sentido se prestam a fazer um anticlericalismo religioso, isto é, de crítica a outra religião.

[...] foi em 1215, que o concílio de Latrão tornou obrigatória a confissão auricular. Durante doze séculos existiu a religião católica, sem que fosse exigida aos seus sectários a abdicação de toda a dignidade humana, a total destruição do delicado sentimento do pudor, para patentear os seus mais íntimos pensamentos a um homem (...) Só mil e duzentos anos depois que **Cristo pregou a sua religião**³⁸ é que homens perverso e cínicos pensaram em impor a humanidade mais absoluta tutela, exigindo-lhe que se rojasse servilmente aos pés dos hipócritas que tem a orgulhosa ousadia de se denominarem – representantes de Deus (*A Lanterna*, São Paulo, 24 de março de 1901, p. 01).

Outro tema que envolve a religião Católica no jornal *A Lanterna* é o celibato de acordo com este artigo *Os Evadidos do Celibato*:

[...] Em Rebouças, no Estado do Paraná, efetuou-se o casamento do ex-padre Vicente Guardanieri com a senhorita Isabel Rodriguez de Aguiar. (...) O Sr. Vicente Guardanieri, quando sacerdote católico, for vigário em diversas paróquias, no Estado do Paraná. (...) A redação d’*A Lanterna*, felicita aos dois cidadãos que o amor redimiu, libertando-os da batina, símbolo de mentira e hipocrisias, e deseja aos dois pares um futuro cheio de venturas. E sobretudo, desejam que o exemplo desses sacerdotes seja seguido por outros bons que a batina esteja corrompendo (*A Lanterna*, São Paulo, 22 de agosto de 1903, p. 01).

³⁷ Grifo nosso.

³⁸ Grifo nosso.

O fundamento do celibato da Igreja Católica encontra-se no novo testamento que recupera a ideia de pureza que se apoia no Pentateuco (os cinco primeiros livros da Bíblia) para deixar claro que o sacerdote não pode estar dividido entre um desejo humano e um desejo divino.

No Concílio de Trento (1545-1563) a Igreja Católica impôs definitivamente o Celibato incluindo o clero secular. Posteriormente o Celibato também seria discutido no Concílio Vaticano I e no Concílio Vaticano II, mas o celibato permanece na Igreja Católica.

Outro alvo de duras críticas do jornal *A Lanterna* referem-se a chegada das várias Congregações Religiosas ao Brasil, principalmente provenientes do anticlericalismo Francês.

Uma imigração perigosa



O GUARDA DA ALFANDEGA : Trazem alguma coisa proibida ?
ELLES : Nada! Tudo que trazemos é permitido ... À Igreja ... no Brasil.

(*A Lanterna*, São Paulo, 03 de setembro de 1910 p. 01)

O anticlericalismo religioso no artigo que segue é considerado um exemplo de anticlericalismo religioso interno, pois ao entrevistar um padre que se colocou contra

as Congregações que chegavam ao Brasil no começo do século XX. Indicado no artigo sob o título: *Clero regular e Clero secular – Opiniões de um secular*:

Há dias o acaso nos proporcionou a ocasião de entrevistar um sacerdote brasileiro, **membro do clero secular** da diocese de São Paulo. (...) nos interessava e sobre o qual desejamos conhecer a opinião do nosso amigo, pois não admirem os leitores, **o sacerdote de que se trata, é um amigo pessoal nosso**³⁹. E perguntamos-lhes, primeiramente qual a sua opinião sobre a emigração das congregações francesas e de outras nacionalidades para o Brasil. Respondeu o sacerdote que, como brasileiro, lastima sinceramente o futuro que nos aguarda, entregue como está o Brasil ao assalto das congregações emigradas e compostas de gente sem moral, sem instrução, sem capacidade intelectual, e capaz de todas as baixezas desde que assim possa arranjar e acumular dinheiro (*A Lanterna*, São Paulo, 22 de agosto de 1903, p. 01).

O trecho do artigo acima faz parte de uma entrevista com um Padre Secular que mora na cidade de Santos, litoral Paulista. O nome do padre foi omitido. *A Lanterna* denuncia a permissão do então arcebispo Arco Verde nesta investida das Congregações e as tensões internas entre Jesuítas e Diocesanos. O Padre afirma que o arcebispo nunca seria Cardeal só porque apoiou a vinda das Congregação:

[...] O culpado dessa invasão, disse o sacerdote com quem conversamos, é o **arcebispo D. Arcoverde**. Foi ele que se entregou aos jesuítas por ambicionar um barrete de cardeal (...)Ele ambiciona tanto um cardinalato como o Passalacqua um bispado, mas nem o Passalacqua será bispo **nem o Arcoverde será cardeal**⁴⁰. O Vaticano não recompensa serviço; ele compra aliados. Se o Arcoverde promettesse fazer o que fez, para conseguir os seus fins o nomeariam cardeal mas agora já estão as congregações e o novo Papa continuará a fazer cardeais Italianos (*A Lanterna*, São Paulo, 22 de agosto de 1903, p. 01).

Mas em 1905, Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti se tornou o primeiro Cardeal Brasileiro, nomeado pelo Papa Pio X e também o primeiro Cardeal da América Latina. Ficou mais conhecido como Cardeal Arcoverde, hoje há uma rua em São Paulo com o seu nome.

Existem aspectos que envolvem outras religiões e que merecem destaque no que tange a temática do anticlericalismo religioso. Se na referência anterior destacamos a feroz crítica ao arcebispo Arco Verde, posteriormente se tornou Cardeal

³⁹ Grifo nosso.

⁴⁰ Grifo nosso.

Arco Verde, destacamos agora outras perspectivas religiosas em que os anticlericais do jornal *A Lanterna* se preocuparam com as pessoas de outros credos e para isto reforçaram em alguns artigos a existência de diversas religiões afirmando que o Brasil não era em sua unanimidade católica.

Sob o artigo: *A nação brasileira é católica:*

Vamos deixar de pieguismo e dizer que no Brasil existem, além da religião católica, os seguintes credos: o protestantismo, subdivido em varias igrejas; o espiritismo, repartido por muitos centros, agrupados no espiritismo (racionalistas). Kardecistas (alto e baixo psiquismo), no teosofismo e no ocultismo: o israelismo, seccionado.(...)Por diversas sinagogas; o positivismo, fixado numa igreja central afora os que não podem ter classificados ou não creem em coisa alguma. (...) não voltaremos mais a este assunto. E repitamos mais uma vez: O BRASIL NÃO É CATÓLICO (*A Lanterna*, São Paulo, 23 de novembro 1933, p. 02).

Desde modo, o anticlericalismo religioso exposto e exemplificado nos permite entender a sua origem, o seu caminho e as suas implicações. Quanto a origem mostramos que existiu uma influência forte de pensadores Franceses, Portugueses e Brasileiros herdeiros da tradição Iluminista-Positivista quanto ao caminho percorrido por este anticlericalismo religioso demonstramos que ele nos chegou pela via direta nas fontes francesas ou pela via indireta das fontes portuguesas. No que concerne as implicações destacamos que há inúmeros desdobramentos nas diferentes temáticas suscitadas pelos anticlericais do jornal *A Lanterna* tais como: críticas aos dogmas da Igreja Católica, ao comportamento dos religiosos, críticas à estrutura da Igreja Católica e denúncias de crimes cometidos por alguns clérigos católicos.

Portanto, o capítulo terceiro desta dissertação abordou o anticlericalismo político e seus diferentes aspectos para demonstrar como era a relação entre anticlericais, a Igreja Católica e o Estado Brasileiro no início do século XX até a década de 30.

O caminho percorrido passou pelo problema da crítica moral ao clero brasileiro perpetrada pelos anticlericais do jornal *A Lanterna* com intuito de apontar os exageros e os desvios de alguns religiosos católicos. Este caminho nos colocou diante do anticlericalismo religioso que evocamos como hipótese a ser considerada durante a Dissertação.

A Dissertação alcançou a verificação deste anticlericalismo religioso com aspectos e variações que exemplificamos neste capítulo. Procuramos fundamentar a

nossa análise na teoria de Abreu (2004) que considerou o anticlericalismo como um caminho radical até se assemelhar ao laicismo.

Esta lógica do anticlericalismo levou-o ao aproximar-se e a quase confundir-se com o laicismo tornando-se cada vez mais radical no combate ao clero e às outras manifestações proeminentes da vida eclesial. Exorciza-se o que, na esfera religiosa, goza de maior visibilidade simbólica. Mas, através da crítica ao clero e às figuras mais sagradas da tradição cristã visa-se o próprio cristianismo e a religião em geral (ABREU, 2004: p. 17).

Com efeito, este capítulo demonstrou que existe um movimento anticlerical que não foi algo esporádico. Na verdade, caminhou por vários séculos até chegar ao Brasil e ser expresso pelos anticlericais do jornal *A Lanterna*. Portanto o movimento anticlerical se aproximou conforme apontou Abreu (2004) do laicismo para combater o clero e a Igreja Católica.

CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida durante esta Dissertação partiu da hipótese de que há uma categoria de anticlericalismo religioso no jornal *A Lanterna*. Apresentamos no primeiro capítulo da Dissertação uma variedade de categorias que justificaram e esclareceram a viabilidade de nossa hipótese. Isso significa que existiu um anticlericalismo religioso no jornal *A Lanterna* e que durante o texto que apresentamos foi devidamente explicado.

Na sequência apresentamos algumas conclusões da Dissertação acerca do objeto de nossa pesquisa. Esclarecemos que o objeto da Dissertação foi o jornal anticlerical *A Lanterna*, especificamente o anticlericalismo contido nele.

Mas levamos em consideração que devido a abrangência d'*A Lanterna*, em nível nacional, o anticlericalismo contido nele representa uma mostra do anticlericalismo brasileiro.

Definir o conceito de anticlericalismo, em uma só linha não é tão simples assim, pois o que parece apenas uma simples oposição de termos, ou seja, anti e clericalismo e, portanto, contra a Igreja não explica todo o lexo que abarca anticlericalismo.

O anticlericalismo muito além de ser só um ataque a Igreja sofreu variações de explicações conforme o seu contexto Histórico, social e político, podemos. Podemos falar de um anticlericalismo francês, um anticlericalismo espanhol, um anticlericalismo português e mais especificamente no nosso caso, um anticlericalismo brasileiro.

Ao falarmos de tipos diferentes de anticlericalismo também podemos dividi-lo em categorias temos assim, além de anticlericalismos nacionais (França, Espanha, Portugal, Brasil) dentro destes também teremos subcategorias de anticlericalismos como: anticlericalismo político, anticlericalismo religioso, anticlericalismo pornográfico.

No decorrer da investigação e análise do jornal *A Lanterna* destacamos dois tipos bem marcados de anticlericalismo brasileiro: o anticlericalismo político e o anticlericalismo religioso.

Para entender melhor o anticlericalismo brasileiro que analisamos no jornal *A Lanterna* optamos por primeiramente entender o contexto histórico social e político brasileiro da virada do século XIX para o século XX.

No Brasil as últimas décadas do século XIX foram marcadas pelas discussões em torno da república, no meio deste embate político a laicização se faz presente, mas além disso os seguidores de diversas religiões que já estavam aqui no Brasil por esta época entraram em choque com a Igreja Católica, ocorrendo um fato histórico que ficou conhecido como: A Questão Religiosa.

A Questão Religiosa que envolveu alguns clérigos católicos e os maçons foi apenas a ponta de um iceberg. Era um movimento que tinha em seu bojo um anticlericalismo que ganhou força e expressão através das ligas anticlericais e jornais anticlericais na Primeira República. Estendendo-se até a década de 30 do século XX no Brasil.

O jornal *A Lanterna* despontou como o principal jornal anticlerical Brasileiro, nascido em São Paulo pelas mãos de Benjamim Mota e posteriormente dirigido por Edgar Leuenroth, teve uma abrangência nacional, distribuído principalmente pelas ligas anticlericais, maçons e espíritas.

A Lanterna surgiu em 1901, com algumas interrupções, suas publicações se estenderam até 1935.

Observamos no jornal *A Lanterna* o intenso ataque aos Ultramontanos e Jesuítas. Embora tenha ocorrido a separação oficial da Igreja e do Estado na Constituição de 1891, os anticlericais brasileiros consideravam-na insuficiente, porque na prática a Igreja Católica continuava controlando escolas, hospitais, etc.

A expressividade do jornal *A Lanterna* só foi possível, conforme apresentado em nossa pesquisa, pelo esforço dos maçons e posteriormente do grupo de anarquistas que entraram como articulistas no jornal. O componente maçônico toma ares de uma nova religião só que agora laica.

A Maçonaria ora vista como ecumênica ora vista como religião abraça a causa anticlerical para denunciar os abusos dos clérigos e segundo eles a influência nefasta do Jesuitismo.

Quando Edgar Leuenroth, anarquista convicto até a sua morte em 1968, assume a direção do jornal *A Lanterna* em sua segunda fase (1909-1916) e terceira fase (1933-1935) alguns pesquisadores do jornal insistem em afirmar que foi a resistência anarquista que esteve presente neste jornal.

No entanto, conforme demonstramos em nossa pesquisa *A Lanterna* nunca deixou de ter o olhar do maçom, expresso em diversos artigos.

De certo que os colaboradores anarquistas estiveram presentes, mas apesar dos “ares políticos que o jornal assume por conta dos anarquistas, eles nunca deixaram de ter cautela ao se referirem a outras religiões, porque sabiam que os maçons representavam uma parcela expressiva dentro do jornal de religiosos de outras religiões.

Talvez as charges contidas no jornal *A Lanterna* mereceriam um capítulo inteiro ou talvez uma Dissertação inteira, mas como nosso objeto de pesquisa não era as charges, optamos em abordar e demonstrar algumas charges anticlericais que consideramos mais expressivas deste jornal.

Notamos através das charges o fazer-se anticlerical, os clérigos representados por imagens que lembram: morcegos, porcos, polvos, revelam um aspecto maléfico da Igreja Católica. Além disso, as charges revelam um ataque a moral da Igreja Católica, colocada em cheque pelas imagens de padres interesseiros, pedófilos ou articulados com grupos que poderiam representar um braço do Estado como o Integralismo.

Conforme apresentamos na pesquisa, feita no jornal *A Lanterna*, as Ligas Anticlericais deram vazão a ira anticlerical. Elas espalharam-se por todo o Brasil, esta constatação foi possível pela leitura sistemática e fichamento dos exemplares do jornal *A Lanterna*.

Consideramos que as ligas anticlericais deveriam ser analisadas com mais atenção seja pelos Cientistas da Religião, seja por Historiadores, Sociólogos ou Antropólogos. Pouco se tem escrito sobre elas e em nossa Dissertação tivemos apenas por objetivo falar das ligas como a grande contribuinte do movimento anticlerical.

No terceiro capítulo analisamos com mais atenção o anticlericalismo político brasileiro contido no jornal. Entendemos por anticlericalismo político aquele que teve por relacionar e denunciar a aproximação da Igreja com o Estado. No caso do anticlericalismo brasileiro político tivemos um embate entre Republicanos e Anarquista.

Percebemos, durante a elaboração da Dissertação, uma influência do Iluminismo Frances sobre a formação dos anticlericais que escreveram no jornal *A Lanterna*.

O pensamento Iluminista gerou a Revolução Francesa e acendeu o anticlericalismo francês, ressoou e respingou nos pensadores, políticos e religiosos (não católicos) no Brasil.

O Iluminismo francês foi tão presente n'*A Lanterna* que o próprio nome do jornal possui este nome porque nos remete ao "século das Luzes", no caso o século XVIII.

O vocabulário dos anticlericais brasileiros expressos no jornal *A Lanterna* remete ao ideário Iluminista francês, conforme apresentamos nesta pesquisa. Percebemos tal condição através das palavras chaves: "razão", "iluminar" "progresso".

Constatamos um fio condutor entre maçons, espíritas Kardecistas, anarquistas e até mesmo pelos Republicanos, a saber: O Iluminismo.

Ao abordarmos a questão da moral para os anticlericais contida no terceiro capítulo concluímos que os Lanterneiros de plantão estavam atentos aos possíveis desvios morais dos clérigos.

Chegamos à conclusão que o ataque a Igreja Católica pelo jornal *A Lanterna* tinha por objetivo desmoralizar o clero e com isso diminuir o número de seus adeptos.

Com efeito, demonstramos ao longo desta Dissertação as diferentes facetas do anticlericalismo Brasileiro através do jornal *A Lanterna*, que se apresentou ora mais político ora mais de cunho religioso.

O anticlericalismo brasileiro observado no jornal *A Lanterna* tem um cunho religioso. Porque os anticlericais do jornal *A Lanterna* entendiam-se como representantes de uma religião que regatavam os ensinamentos de Cristo. As críticas a Igreja Católica referem-se ao esquecimento e aos desvios da "verdadeira religião" que Cristo ensinou.

Os atores anticlericais ora maçons, ora anarquistas maçons, se expressavam em um veículo de comunicação que teve alta expressividades e só foi possível porque o Brasil após a Constituição de 1891 entrou em uma espiral laica com uma verve iluminista, onde o jornal em alguns momentos coloca a religião católica representando o grande mal e atraso social.

Portanto, a hipótese apresentada para esta Dissertação, de que havia um anticlericalismo religioso n'*A Lanterna*, se sustenta devido ao que demonstramos no terceiro capítulo ao explicarmos a dinâmica dos ataques anticlericais aos religiosos e a proposta de uma verdadeira religião enunciada pelos anticlericais do jornal *A Lanterna*.

Conforme constatamos no jornal haviam evidências de luta pelo espaço religioso, o Brasil não era somente católico, conforme denúncia o jornal, assim, no século XX, pelo menos até meados da década de 30, podemos observar no jornal que o processo de laicização esteve em construção no qual maçons, anarquistas, espíritas e protestantes galgaram os seu lugar e respeito social.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Luís Machado. *Ensaio Anticlericais*. Lisboa: Roma editora, 2004.

AZEVEDO, Raquel. *A Resistência Anarquista – Uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras – A ação da Maçonaria Brasileira (1870-1910)*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

BASTOS, Aurélio Candido Tavares. *Cartas do Solitário*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

CAMINO, Rizzardo. *A Maçonaria e o Terceiro Milênio – Objetos e Objetivos da Maçonaria*. São Paulo: Madras, 2005.

CANDIDO, Antonio. *Teresina etc*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. *A imprensa Confiscada pelo Deops (1924-1954)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares. Secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. Coimbra: Almedina, 2006.

COLUSSI, Eliane Lúcia. *Os filhos das viúvas: uma contribuição ao estudo da maçonaria no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Revista de filosofia e Ciências Humanas, ano 12. N. ½., Universidade de Passo Fundo, 1996.

COMTE, Augusto. *Discurso sobre o Espírito Positivo*. São Paulo: Edipro, 2016.

CROATTO, José Severino. *As Linguagem da Experiência Religiosa*. São Paulo: Paulinas, 2010.

DEBES, Célio. Campos Sales: *Perfil de um Estadista*. São Paulo: HGSP, 1977.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1982.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflitos Sociais*, São Paulo: Difel, 1976.

_____. *História do Brasil*, 11^o ed. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. *História Concisa do Brasil*, 3^a ed. São Paulo: Edusp, 2015.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil 1880-1920*. São Paulo: Vozes, 1978.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: José Olympio, 1959.

GATTAI, Zélia. *Anarquistas Graças a Deus*, São Paulo: Círculo do Livro, 1979.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GUZZO, Maria Auxiliadora. *A vida fora do muro das fábricas: cotidiano operário 1920/1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KOFES, Suely. *Dilemas na Maçonaria Contemporânea – Um experimento antropológico*. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Ana Regina. *História da Imprensa no Brasil*, São Paulo: Contexto, 2008.

MORA, Ferrater. *Dicionário de Filosofia. Tomo IV*. São Paulo: Loyola, 2001.

NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições Brasileiras: 1824*. – v. 01 – Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

OLIVEIRA, Walter da Silva. *Narrativas a Luz d'A Lanterna*. São Paulo: PUC-SP, Dissertação de Mestrado, 2008.

PARRA, Lucia Silva. *Combates pela Liberdade: O Movimento Anarquista sob a Vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank. (Org.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de Queiroz. *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação, 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RAGO, Margareth. *Anarquismo e Feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1998.

RÉMOND, René. *L'Anticléricalisme En France – de 1815 à nous jours*. Paris: 1999.

RODRIGO, André. *O anticlericalismo dos jornais La Protesta Humana e A Lanterna através dos usos das matrizes discursivas: racional-iluminista e simbólico-dramático (1897-1904)*. XIV Encontro Regional de História. Campo Mourão: 2014.

RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros – 1 e* , Rio de Janeiro: VJR, 1994.

RUDY, Antonio C. *O Anticlericalismo sob o Manto da República: Tensões Sociais e Cultura Libertária no Brasil (1901-1935)*. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado apresentada no programa de Pós-Graduação em História, 2017.

SALLES, IZA. *Um Cadáver ao Sol*, Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

SANTAELLA, Lucia. *A Teoria Geral dos Signos*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SCRUTON, Roger. *Uma Filosofia Política*. São Paulo: É Realizações, 2017.

SILVA, Eliane Moura, *Entre Religião e Política: Maçons, Espíritas, Anarquistas e Socialistas no Brasil por meio dos jornais A Lanterna e O Livre Pensador (1900-1909)* in: ISAIS, Artur Cesar, MANOEL, Ivan Aparecido (Orgs), *Espiritismo e Religiões Afro-Brasileiras*, São Paulo: Unesp, 2012.

SILVA, Eliane Moura. *Entre Religião e Política: Maçons, Espíritas, Anarquistas e Socialistas no Brasil por meio dos jornais A Lanterna e O Livre Pensador (1901-1909)* In: ISAIA, Artur C./MANOEL, Ivan A. *Espiritismo e religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Unesp, 2011.

SILVA, Marcos José Diniz. *Maçons, espíritas e católicos nos embates religiosos da Primeira República no Ceará*, Fortaleza: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, 2009.

SOUZA, Ricardo Luiz de Souza. *Laicidade e Anticlericalismo: Argumentos e Percursos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012.

SOUZA, Wlaumir Doniseti. *Anarquismo, Estado e pastoral do Imigrante*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

TERRIN, Aldo Natale. *Introdução ao Estudo Comparado das Religiões*. São Paulo: Paulinas, 2003.

TOURRET, Fernand. *Chaves da Franco-Maçonaria*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

VALLADARES, Eduardo. *Anarquismo e anticlericalismo*. São Paulo: Imaginário, 2000.

VIEIRA, Davi Gueiros, *O Protestantismo, A Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

VOLVELE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Endereços Eletrônicos:

Disponível em: <<http://ensinamentodassagradasescrituras.blogspot.com.br/p/parametros-e-objetos-liturgicos.html>>. em 26.11.17.

Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/charge/>>. em 27.11.17.

Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/01/charges-mais-polemicas-da-charlie-hebdo.html>>. Acesso: 16.01.2017.

Disponível em: <<https://www.ael.ifch.unicamp.br/edgard-leuenroth>>. Acesso em 06.04.2017.

Fontes Primárias:

Arquivo do Estado de São Paulo – Deosp/SP.

Arquivo Edgar Leuenroth – Campinas - SP

Bíblia Sagrada, São Paulo: Ave Maria, 2002.

Catecismo da Igreja Católica, São Paulo: Loyola: 2000.

Centro de Documentação – Unesp – São Paulo.